



**EDITAL REPUBLICAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026**  
(Processo Administrativo nº 08922/2025)

A Prefeitura Municipal de LAURO DE FREITAS/BA, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, através de sua Pregoeira **Erivana Braga de Souza**, designada pelo Decreto Municipal nº 5.533/2025, que realizará licitação, na modalidade de **Pregão Eletrônico**, critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telediagnóstico, abrangendo a realização de exames de imagem de média e alta complexidade, com emissão de laudos, fornecimento de equipamentos em regime de cessão e suprimento de materiais de consumo, visando atender às necessidades das Unidades de Saúde do Município de Lauro de Freitas – BA, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP), pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – **Lei de Responsabilidade Fiscal**, pelo **Código de Defesa do Consumidor**, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90, **Decreto Municipal nº 5.444/2025** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

**1.1. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 15/05/2026 às 09h.

**1.2. LOCAL: SÍTIO ELETRÔNICO:** <https://www.licitanet.com.br/>.

**1.3 OBSERVAÇÃO:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.

**1.4.** Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.2.

## **2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**2.1.** O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

**2.2.** Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema "LICITANET", observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em <https://portal.licitanet.com.br/> no menu ajuda/manuais ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

## **3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/> fornecedor ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

**3.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

**3.6 Não poderão disputar esta licitação:**



3.6.1. Aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s).

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.9. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.6.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

#### **4. CREDENCIAMENTO E ACESSO NA PLATAFORMA LICITANET**

4.1. Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

4.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Lauro de Freitas/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

4.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

4.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a



responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Lauro de Freitas/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

4.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.10. O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

4.11. O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluindo a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

## 5. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

5.1. Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico <https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, **horário de Brasília**.

5.1.1 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

5.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;

5.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

5.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar, ainda**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.3.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.4. A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.7. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:

5.7.1. informar o preço unitário; para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

5.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete.

5.7.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

5.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 5.8.1;

5.8.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

**5.9. Independente dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.**

5.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pelo(a) pregoeiro(a) no sistema ou pela sua desconexão.

**5.11. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.**

## **6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPATES ENTRE PROPOSTAS**

6.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.2. Nas condições do subitem anterior, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) relativamente à melhor proposta ou melhor lance, conforme o critério de julgamento adotado, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados após a comunicação automática para tanto.

6.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006, que se encontrem naquela faixa de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.5. No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nas faixas estabelecidas nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.6.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.6.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O(A) pregoeiro(a) classificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente no sistema, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

7.2.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.4. Os lances formulados deverão indicar o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

7.5. Poderá ser fixado intervalo mínimo de tempo a ser observado entre as ofertas de lances.

7.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.7.1. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto nos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

7.8. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.9. Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance/percentual de desconto registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

7.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo(a) Pregoeiro(a), sujeitando-se a licitante às penalidades.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**.

7.12. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.13 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.14 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



7.15 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.16 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.17 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.18 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.19 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.20 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.21 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.23 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao percentual de desconto definido para a contratação ou tenha apresentado o melhor preço, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, com o mesmo prazo estabelecido no subitem 7.24.1, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4. O resultado da negociação será registrado e divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(a) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

## 8. DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e após negociação, o(a) pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

8.2. A licitante provisoriamente arrematante deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas úteis** subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo(a) Pregoeiro(a) quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

8.3. O conteúdo da Proposta de Preços Escrita, conforme modelo ANEXO V, deverá dispor:

8.3.1. **Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do lote** (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;





- 8.3.2. O preço unitário e total de cada um dos lotes cotados, em algarismo e por extenso, prevalecendo o primeiro caso haja divergência entre o valor unitário e o total e, entre os expressos em algarismos e por extenso, considerado este último;
- 8.3.3. A proposta comercial apresentada pela licitante deverá conter, de forma clara, precisa e objetiva, a marca, o fabricante, a procedência e as especificações técnicas completas dos materiais ofertados, os quais deverão estar em total conformidade com as exigências técnicas do Anexo I do Termo de Referência (ANEXO I).
- 8.3.4. De oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 8.3.5. Conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- 8.3.6. Conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.
- 8.4. Não serão aceitos preço unitário e global do Lote, acima dos valores de Referência da Administração.
- 8.5. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 8.6. A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na legislação vigente.
- 8.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta da licitante provisoriamente arrematante.
- 8.8. Ficam os interessados cientes da necessidade de atender aos prazos aqui fixados, ainda que tal lhe seja facultado.
- 8.9. Em obediência Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 8.2, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência sendo realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação.
- 8.10. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 8 deste edital.**

## 9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 9.1. O(A) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 9.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante e de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.
- 9.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.
- 9.2 Será desclassificada a proposta arrematante que:
- 9.2.1. contiver vícios insanáveis;
- 9.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 10.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 9.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 9.4 Para fins de comprovação de **exequibilidade**:



9.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 20% (vinte por cento) do valor orçado pela Administração.

9.4.1.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem 9.4.1, só será considerada após diligência do responsável pela licitação, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.4.1.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o responsável pela licitação poderá colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada nesse objeto.

## 10. DA HABILITAÇÃO

10.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

10.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

10.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.**

10.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

10.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

**10.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 16.7. deste edital.**

10.7. Dos documentos que compõem a **habilitação**:

### 10.7.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d). **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;





g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**OBS:** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **10.7.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.
- f) Declaração, assinada pelo representante legal da licitante, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz, nos termos disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### **10.7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor e Certidão de Insolvência Civil Pessoa Jurídica.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando; índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 01 (um);
- c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital ECD ao SPED.
- e) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). Deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente;
- f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133 de 2021, art. 65, § 1º);
- g) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- h) A adoção de índices constitui instrumento relevante para a constatação da exequibilidade do objeto e não pode ser desconsiderada pela Administração, especialmente no tocante aos contratos de média e longa duração. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no Art.69, da Lei 14.133/2021, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, através dos cálculos previstos e devidamente justificados, usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações



decorrentes da licitação, ao passo em que não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, eis que estabelecidos em patamares aceitáveis.

#### 10.7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de capacidade técnico-operacional: pelo menos 01 (um) atestado em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

Os atestados deverão conter, no mínimo:

- a) papel timbrado;
- b) CNPJ da emitente;
- c) endereço e telefone;
- d) data de emissão;
- e) nome e cargo de quem assina;
- f) descrição do objeto fornecido;
- g) quantidade e período da contratação.

Não serão aceitos atestados:

- a) emitidos por empresas do mesmo grupo da licitante;
- b) emitidos pela própria licitante;
- c) emitidos por empresas com sócios ou diretores comuns.

10.7.4.1. Alvará de Funcionamento da Sede da licitante, em plena validade. Na hipótese de inexistência de prazo, reputar-se-ão válidos por 12 (doze) meses, contados de sua expedição.

10.7.4.2. Declaração/Certidão ou documento equivalente de Vistoria e/ou Alvará da Vigilância Sanitária competente (Município e/ou Estado/Distrital) da Sede da licitante, em plena validade.

10.7.4.3. No caso de Declaração/Certidão ou documento equivalente de Vistoria na hipótese de inexistência desse prazo, reputar-se-ão válidos por 30 (trinta) dias, contados de sua expedição.

#### LOTE 01 – PARA OS SERVIÇOS DE CARDIOLOGIA.

- a) Prova de registro de inscrição da empresa e/ou dos profissionais no respectivo conselho competente ou equivalente;
- b) Comprovação de que possui pelo menos 01 (um) profissional com nível superior na área de medicina, devidamente reconhecido na entidade profissional competente para atuar como responsável técnico, com especialização em sua respectiva área (Cardiologia) conforme Resolução CFM nº 2.314/2022, numa das formas a seguir:
  - a.1) Carteira de Trabalho/CTPS, no caso de funcionário do quadro permanente;
  - a.2) Contrato Social, Estatuto Social ou Ato Constitutivo, no caso de sócio;
  - a.3) Contrato de Prestação de Serviço, com data de assinatura anterior a data de abertura das propostas, com assinatura das partes.
  - a.4) Termo de compromisso assinado pelo profissional, no sentido de aceitação de responsabilidade técnica do serviço, no caso de a empresa vir a ser a licitante vencedora, com assinatura das partes, em data anterior à data de abertura dos envelopes da licitação.
- c) A comprovação da qualificação do responsável técnico dar-se-á mediante apresentação de diploma de



graduação em Medicina, bem como título de especialista, certificado de conclusão de residência médica ou documento equivalente, devidamente reconhecido pelo órgão competente.

Justificativa: A exigência de registro junto ao Conselho Regional de Medicina decorre da natureza do objeto contratado, que envolve a prestação de serviços médicos especializados. Nos termos da Lei nº 6.839/1980, o registro em conselho profissional é definido pela atividade básica exercida pela empresa. Adicionalmente, a Resolução CFM nº 1.980/2011 estabelece, em seu art. 3º, que as empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde, com personalidade jurídica de direito privado, devem registrar-se nos Conselhos Regionais de Medicina da jurisdição em que atuarem, nos termos das Leis nº 6.839/1980 e nº 9.656/1998. Incluem-se nesse contexto as empresas prestadoras de serviços médico-hospitalares de diagnóstico e/ou tratamento, o que abrange o objeto da presente contratação.

#### **LOTE 02 e 03 – SERVIÇOS DE RADIOLOGIA**

a) Registro ou inscrição da LICITANTE e do RESPONSÁVEL TÉCNICO no Conselho Regional de Medicina da unidade federativa da sede da licitante, que comprove atividade compatível com o objeto da licitação, mediante uma das seguintes formas:

- a.1) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), no caso de profissional integrante do quadro permanente;
- a.2) Contrato Social, Estatuto Social ou Ato Constitutivo, no caso de sócio;
- a.3) Contrato de Prestação de Serviços, com data anterior à abertura das propostas, devidamente assinado;
- a.4) Termo de Compromisso firmado pelo profissional, declarando que assumirá a responsabilidade técnica em caso de vitória da licitante, com data anterior à abertura do certame.

Justificativa: Conforme a Lei Federal nº 6.839/1980, o registro de empresas e profissionais deve ocorrer no conselho competente, de acordo com a atividade preponderante exercida.

b) Declaração ou comprovação de que a empresa possui, no mínimo, 01 (um) profissional médico com especialização em Radiologia e Diagnóstico por Imagem, devidamente registrado no CRM, conforme segue:

#### **Disposições Gerais:**

Para o cumprimento do objeto dos LOTES II e III (Radiologia), será indispensável que a empresa conte com equipe de profissionais médicos com especialização em Radiologia e Diagnóstico por Imagem, portadores de título de especialista reconhecido pelo Colégio Brasileiro de Radiologia, devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina competente. A comprovação dar-se-á mediante a apresentação de:

- a) Certidão de regularidade emitida pelo CRM;
- b) Certificado de conclusão de residência médica ou especialização em Radiologia e Diagnóstico por Imagem;
- c) Título de especialista reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina ou pelo Colégio Brasileiro de Radiologia; em conformidade com a Resolução CFM nº 2.314/2022.
- d) Declaração indicando o médico responsável técnico pelos serviços, devidamente registrado no CRM, assumindo formalmente a responsabilidade pela supervisão técnica.
- e) A comprovação da formação do responsável técnico dar-se-á mediante apresentação de diploma, certificado de especialização e registro no CRM.
- f) Declaração formal fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante presta ou prestou serviços para entidades certificadas por programas de acreditação em Diagnóstico por Imagem, que atendam a critérios mínimos de qualidade, segurança e sustentabilidade.
- g) Declaração de que dispõe de instalações, equipamentos e pessoal técnico adequados e disponíveis para a execução do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada membro da equipe técnica.



- h) Declaração formal do licitante de que possui pleno conhecimento dos documentos necessários à sua participação no certame, bem como de todas as informações e condições locais indispensáveis ao cumprimento integral das obrigações objeto da licitação.
- i) Declaração do corpo clínico da licitante, na qual deverão ser indicados os profissionais responsáveis pela execução dos serviços, com a especificação de suas respectivas especialidades e os números de inscrição no Conselho Regional de Medicina. É vedada a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma instituição participante deste certame, sob pena de inabilitação de todas as licitantes envolvidas.
- j) Certidão Negativa de Infração Ética expedida pelo Conselho Regional de Medicina para todos os profissionais médicos que atuarão na execução do contrato.
- k) Comprovação de cadastro ativo no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), apto para atendimento e faturamento no SUS.

Justificativa: Conforme a Portaria nº 1.646/2015 do Ministério da Saúde, o cadastramento e a manutenção dos dados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) são obrigatórios para o funcionamento de estabelecimentos de saúde em território nacional, devendo preceder às autorizações e licenciamentos necessários ao exercício de suas atividades.

- l) A empresa vencedora deverá estar inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica do Conselho Regional de Medicina - CRM de sua jurisdição, conforme Resolução CFM nº 2107/2014.

10.7.4.4 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/cnep>)

10.7.4.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.7.4.6 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.7.4.7 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.7.4.8 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

10.7.4.9 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.7.4.10 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10.7.4.11 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

#### **10.7.5. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:**



- a) Não serão aceitos “**protocolos de entrega**” ou “**solicitação de documento**” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;
- b) As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas **por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição**.
- c) A Administração se reserva o direito de promover quaisquer diligências que se façam necessárias a fim de verificar a veracidade e a precisão das informações fornecidas.
- d) A regularidade dos documentos exigidos nos subitens 10.7.2 e 10.7.3 será confirmada a autenticidade por meio de consulta “on-line”.

## 11. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

11.2. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.2.1. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

11.2.2. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

11.3. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

11.4. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 11.2:

11.4.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

11.4.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

11.4.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

11.4.4 A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

11.4.5. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

11.4.6. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

11.5. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o(a) Pregoeiro(a) considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

**11.6. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.**

## 12. DOS RECURSOS

12.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

12.1.1. **Recurso Hierárquico** em face de:

a) julgamento das propostas;

b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

c) anulação ou revogação da licitação;

12.1.2. **Pedido de reconsideração**, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

12.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:



12.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

12.2.1.1 A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

12.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos ao(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

12.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis) e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

12.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

12.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

12.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail [copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br](mailto:copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br), no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

12.5.1 A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

12.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

12.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

### 13. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

13.1. A execução dos serviços e toda infraestrutura, deverá ser iniciada a partir da data de assinatura do contrato e concluída em até 05 (cinco) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço. Toda a manutenção preventiva e corretiva é de responsabilidade da empresa contratada. Poderá haver remanejamento do quantitativo estimado entre as Unidades executantes, conforme demanda mensal. Os serviços deverão ser executados nas unidades de saúde do Município de Lauro de Freitas, conforme disposto no Anexo I – Termo de Referência.

13.2. A empresa contratada deverá fornecer/prestar serviços de acordo com a demanda da Administração.

13.3. A instalação do sistema, dos equipamentos e toda infraestrutura necessária, deverá ser iniciada a partir da data de assinatura do contrato e concluída em até 05 (cinco) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço.

13.4. Caso não seja possível a entrega e/ou início da prestação de serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

13.5. A instalação do sistema, dos equipamentos e toda infraestrutura necessária, para os **lotes 01 e 02**, deverá ser iniciada a partir da data de assinatura do contrato e concluída em até 05 (cinco) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço. Toda a manutenção preventiva e corretiva é de responsabilidade da empresa contratada. Poderá haver remanejamento do quantitativo estimado entre as Unidades executantes, conforme demanda mensal. Os serviços deverão ser executados nas unidades de saúde do Município de Lauro de Freitas, conforme disposto no Anexo I – Termo de Referência.

13.6. **Para o lote 03:** A execução dos serviços deverá ser iniciada a partir da data de assinatura do contrato e concluída em até 05 (cinco) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço. Os exames deverão ser realizados em local próprio





da Contratante no Complexo de Saúde. A prestação dos serviços compreenderá mão de obra operacional e administrativa mínima necessária à consecução do objeto licitado, e cumprida às disposições legais e posturas municipais que normatizam e autorizam o exercício para tal atividade.

13.7. A Contratada deverá dispor da presença de equipe composta por profissionais especializados em diagnóstico por imagem e cardiologia, em condições adequadas e exigidas pela legislação vigente, cumprindo rigorosamente as determinações emanadas pelos órgãos responsáveis e fiscalizadores da atividade inerente, responsabilizando-se em todos os aspectos, sem qualquer exceção.

13.8. Toda a manutenção preventiva e corretiva é de responsabilidade da empresa contratada. Poderá haver remanejamento do quantitativo estimado entre as Unidades executantes, conforme demanda mensal. Os serviços deverão ser executados nas dependências das unidades, conforme disposto no Termo de Referência Anexo I.

13.8. Em caso de necessidade a contratada poderá solicitar adiamento de prazo de entrega/início da prestação de serviço, desde que plenamente justificado e aceito pela Administração e que o adiamento não traga transtornos às atividades de atendimento à população e aos servidores desta.

#### **14. DA VIGÊNCIA**

14.1. O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto na Lei Federal 14.11/2021.

#### **15. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

##### **Recebimento:**

15.1. Os bens e/ou prestação de serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

15.2. Os bens e/ou prestação de serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

15.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

15.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

15.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

15.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

##### **Liquidação**

15.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrão o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.



- 15.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade;
- 15.11. A data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 15.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 15.13. Nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.14. Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo;
  - identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas
- 15.15. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 15.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 15.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de Pagamento**

- 15.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

#### **Forma de Pagamento**

- 15.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 15.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 15.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 15.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



15.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 16. DAS OBRIGAÇÕES

16.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- e) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- h) Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- i) Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos utilizados para a prestação de serviços, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe ainda a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligência resultante da prestação do serviço.
- j) Executar o serviço dentro do Município de Lauro de Freitas tal exigência justifica-se pela dificuldade de deslocamento dos pacientes, pelo alto custo da passagem para outros Municípios e pelo gasto do Município em ter que disponibilizar transporte para a realização dos exames.
- k) A Contratada deverá enviar, mensalmente, junto com a nota fiscal, planilha com a quantidade de exames realizados e laudados, bem como os nomes e dados de identificação dos pacientes.
- l) A empresa vencedora deverá permitir, a qualquer momento, o acesso aos laudos de solicitação/autorização de procedimentos e fichas de atendimentos dos pacientes arquivados, à equipe de auditores da Secretaria Municipal/Estadual de Saúde ou do Ministério da Saúde.

### LOTE I – PARA OS SERVIÇOS DE CARDIOLOGIA;

- a) Disponibilizar equipamento completo para realização de eletrocardiograma com registro na ANVISA, em regime de locação;



- b) A CONTRATADA deverá disponibilizar equipamentos completos para realização de eletrocardiograma (ECG), devidamente registrados na ANVISA, em regime de cessão de uso durante toda a vigência contratual. Os equipamentos permanecerão sob responsabilidade técnica da CONTRATADA, cabendo a esta sua instalação, manutenção, substituição e pleno funcionamento.
- c) Implantar o sistema de realização de ECG com: computador completo, impressora, placa de rede, sistema operacional registrado, software para processamento, armazenamento e visualização de ECG;
- d) Disponibilizar equipamento de computador para recepção de laudo, diagnóstico e orientações clínicas, com internet sob responsabilidade da CONTRATANTE.
- e) Instalação dos equipamentos e interligação entre o computador e entrada principal de internet.
- f) Diagnosticar através do sistema e caso necessário, orientar o médico de plantão quanto ao tratamento mais adequado, referência das drogas cardiovasculares classificadas e tipificadas, incluindo o tipo de tratamento sugerido para cada paciente. É desejável manter o registro de tratamento realizado, registro do paciente após o tratamento e caracterização e evolução dele.
- g) Distribuir nas unidades de telecardiologia, manual contendo orientações sob forma de diagnóstico e tratamento nas emergências cardiovasculares;
- h) Disponibilizar prontuário eletrônico online, atualizado diariamente, contendo os registros dos pacientes com alterações relevantes nos exames de ECG.
- i) Ter um representante técnico para prestação do serviço e atender aos chamados. Além de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos. Como também, visitas mensais e sem franquia. Atendimento imediato em caso de problemas nos sistemas e equipamentos instalados, com substituição dos equipamentos defeituosos no prazo máximo de 06 (seis) horas, por outros de igual ou superior qualidade.
- j) Oferecer treinamento inicial e continuado aos profissionais da CONTRATANTE quanto ao uso dos equipamentos e sistemas.
- k) A CONTRATADA deverá assumir integral responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, garantindo a continuidade dos serviços de forma ininterrupta. Deverá, ainda, prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, bem como observar rigorosamente a legislação trabalhista vigente, assegurando o cumprimento de todas as obrigações legais aplicáveis
- l) A CONTRATADA deverá prestar, sempre que solicitada pela CONTRATANTE, todas as informações e esclarecimentos relacionados ao objeto do contrato, adotando as medidas necessárias para garantir a continuidade dos serviços, sem interrupções. Deverá, ainda, assegurar que seus empregados executem as atividades em conformidade com a legislação trabalhista vigente, especialmente no que se refere ao cumprimento das cargas horárias legalmente permitidas.
- m) A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento contínuo de todos os materiais de consumo necessários à execução dos serviços, incluindo papel para impressão de laudos (A4 ou específico), cartuchos e/ou toners para impressoras, eletrodos e demais insumos utilizados na realização de eletrocardiogramas, bem como quaisquer outros materiais indispensáveis ao pleno funcionamento do serviço, devendo garantir o abastecimento ininterrupto, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a paralisação das atividades por falta de insumos.
- n) Quando da contratação do serviço, a CONTRATADA, deverá dispor de infraestrutura na Região Metropolitana de Salvador, para o Pronto Atendimento nos prazos estipulados no contrato.
- o) Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre medicina e segurança do trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais, quando for necessário.



- p) A CONTRATADA deverá colocar em serviço apenas empregado devidamente qualificado, selecionados e treinados para o perfeito desempenho dos trabalhos, devendo os mesmos apresentar-se, quando necessário, devidamente uniformizados e portando crachá de identificação.
- q) Todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos, utilizados para prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe, ainda, a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligências resultante da prestação dos serviços.
- r) Os laudos deverão ser de uso exclusivo dos servidores e prestadores de serviço da CONTRATANTE e disponibilizado apenas ao paciente.

**LOTE II – PARA OS SERVIÇOS DE RADIOLOGIA;**

- a) Disponibilizar equipamento completo para realização de raio x com registro na ANVISA, em regime de comodato;
- b) A CONTRATADA será responsável pela manutenção preventiva e corretiva, e/ou substituição de equipamentos e acessórios danificados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da comunicação do problema;
- c) Implantar o sistema de realização de transmissão das películas de Raio X com: computador servidor de dados completo, software PACS para armazenamento dos exames, impressora, placa de rede, sistema operacional registrado e software;
- d) Fornecer em comodato Equipamento de Raio X digital de 500mA;
- e) Fornecer em comodato CR para Digitalização das imagens;
- f) Fornecer em comodato Impressora de Películas (DRY);
- g) Fornecer em comodato equipamento Nobreak de 10kVA;
- h) Instalar uma estação de visualização das imagens arquivadas no sistema PACS (Computador com monitor de alta resolução);
- i) Plataforma digital e sistema telediagnóstico por imagem com armazenamento de laudos e imagens, visualizador por login e senha, QR code, visualizador nos consultórios.
- j) Ter um funcionário responsável pela manutenção preventiva e corretiva. Como também, visitas semanais e sem franquia. Atendimento imediato, até 24 horas em caso de problemas nos equipamentos instalados;
- k) Responsabilizar-se totalmente por todos os encargos e ônus da legislação trabalhista previdenciária e fiscal, bem como os seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora;
- l) Prestar informações e esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, em relação ao objeto deste contrato, diligenciando para que os serviços não sofram soluções de continuidade, ao tempo em que deverá cuidar para que seus empregados executem os serviços cujas cargas horárias não excedam as permitidas em lei;
- m) Fornecer materiais de consumo tais como: cartuchos de tinta, tonner para impressora, papel branco A4 para impressão de laudos;
- n) Fornecer mensalmente o quantitativo necessário de películas de impressora DRY (química seca), garantindo a impressão de todos os exames contratualizados.
- o) Fornecer os acessórios radiológicos: avental de chumbo, écran e protetor de tireóide;
- p) Prover estrutura de armazenamento das imagens em servidos DICOM, com sistema de backup na internet e guarda dos dados pelo período pertinente em legislação, bem como para fornecimento a unidade sempre que solicitado;



- q) A Contratada deverá manter Central Médica com diretor responsável, médico radiologista, para fornecer os laudos das imagens radiológicas, tendo em sua equipe somente profissionais radiologistas também inscritos junto ao Conselho Regional de Medicina, bem como com Diploma junto ao Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, respondendo aos exames cadastrados no sistema num prazo máximo de 01 (uma) hora;
- r) Dispor de sistema WEB para arquivamento busca e impressão dos laudos emitidos pelos seus médicos, acessados nos computadores das unidades de saúde atendidas pelo contrato.
- s) Realizar treinamento dos profissionais médicos, técnicos em imagem, apoio administrativo e operador no manuseio dos equipamentos e sistemas instalados.
- t) Cadastrar as equipes com acesso controlado por login e senha de acordo a Resolução CFM nº. 1.821/2007.
- u) Instalar na unidade 01 (um) aparelho de Raio-X digital de 500 m com digitalização das imagens por CR (Radiologia Computadorizada).
- v) Instalar no Raio X um sistema de captação e transmissão de imagens, com capacidade de se interligar ao sistema PACS de propriedade da empresa contratada. Todos os equipamentos e serviços devem atender aos padrões e obrigações dos colégios mundiais de radiologia, os quais legislam que não é permitido laudar ou diagnosticar imagens radiológicas que não sejam DICOM 3.0.
- w) Armazenar os dados, imagens e Sistemas Informatizados de guarda e manuseio das imagens de acordo à Resolução CFM nº. 1.821 /2007.
- x) Interligar os equipamentos instalados em comodato nas unidades com a sua central médica para análise e emissão dos laudos por seus médicos radiologistas num prazo máximo de até 48 horas.
- y) Estabelecer um SISTEMA DE EMISSÃO DE LAUDOS visualizados e impressos de acordo a Resolução CFM nº. 1.821 /2007.
- z) A Contratada, o seu Responsável Técnico e os médicos que irão laudar os exames deverão estar inscritos e quites junto ao Conselho Regional de Medicina na data da licitação e durante a execução do contrato.
- aa) O contratado deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização de seus serviços pela Superintendência de Atenção Especializada da SESA, bem como da Auditoria Municipal e do Conselho Municipal de Saúde.
- bb) O contratado fornecerá de imediato, quando solicitado, documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do Contrato.
- cc) A Contratada deverá dispor de 01 (um) ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem experiência da empresa compatível com o Objeto.
- dd) Relação dos Profissionais médicos radiologistas contendo Nome, Número de Inscrição no Conselho, CPF, número do CNS junto ao CNES e ficha de dados impressa no site do CNES demonstrando o vínculo de cada profissional com a empresa.
- ee) Em atendimento a RESOLUÇÃO - RDC Nº 330, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, do Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Diretoria Colegiada, a empresa deverá apresentar cópia da Nota Fiscal provando que dispõe de monitor de alta resolução para visualização das imagens radiológicas a serem laudadas em sua Central de Laudos.
- ff) Sistema de Gestão de Imagens PACS (Picture Archiving and Communication System), com Registro na ANVISA, que é um sistema de arquivamento e comunicação voltado para o diagnóstico por imagem que permite o pronto acesso às imagens médicas em formato digital, sem cobrança adicional por usuário e sem volumetria ou licença de uso para o ponto de atendimento.
- gg) Fornecer no mínimo 08 (oito) dosímetros individuais e suas respectivas leituras para os técnicos de radiologia que manipularem o aparelho de radiografia em cada ponto.



### **LOTE III – PARA OS SERVIÇOS DE MAMOGRAFIA;**

- a) Os exames deverão ser realizados em local próprio da Contratante no Complexo de Saúde a prestação dos serviços compreenderá mão de obra operacional e administrativa mínima necessária à consecução do objeto licitado, e cumprida às disposições legais e posturas municipais que normatizam e autorizam o exercício para tal atividade.
- b) Os exames serão realizados por técnicos especializados em radiologia, capacitados para operar os equipamentos e assegurar o conforto e a segurança das pacientes durante o procedimento. O ambiente deverá ser tecnicamente adequado, assegurando privacidade, bem-estar, e plena acessibilidade para todas as pacientes, em conformidade com as normas regulamentares estabelecidas pelos órgãos competentes para atendimentos em saúde, incluindo requisitos de acessibilidade e condições sanitárias.
- c) A Contratada deverá dispor da presença de equipe composta por profissionais especializados em diagnóstico por imagem, em condições adequadas e exigidas pela legislação vigente, cumprindo rigorosamente as determinações emanadas pelos órgãos responsáveis e fiscalizadores da atividade inerente, responsabilizando-se em todos os aspectos, sem qualquer exceção.
- d) Qualidade da Imagem: A qualidade das imagens adquiridas será monitorada constantemente para garantir que estejam em conformidade com os padrões exigidos para um diagnóstico preciso. Imagens de baixa qualidade serão descartadas, e o exame será repetido, sem custos adicionais.
- e) A Contratada deverá submeter os resultados de todos os exames à revisão de laudo por médico especializado em diagnóstico de imagem, antes de sua liberação. A Contratada deverá dispor de capacidade para entregar os laudos e imagens da mamografia documentada impressa em filme em tamanho real, conforme recomendações da CBR, ao Complexo de Saúde no prazo de até 15 (quinze) dias corridos para laudos normais e de até 02 (dois) dias corridos para laudos emergenciais.
- f) Os exames e laudos realizados serão entregues ao Complexo de Saúde, que proverá a posterior distribuição ao mesmo, bem como, o formulário do SISCAN (fornecido pelo Complexo de Saúde), devidamente preenchido pelo médico especializado em diagnóstico de imagem.
- g) Deverá manter o armazenamento e guarda dos exames e seus backups, atendendo integralmente às regras estabelecidas na Resolução nº 1.821/2007 e Parecer nº 10/2009 do Conselho Federal de Medicina. Ao encerramento do contrato, motivado ou imotivadamente, todos os exames e resultados, bem como seus arquivos físicos e eletrônicos deverão ser transferidos para a Contratante, sem quaisquer restrições à leitura ou acesso e sem nenhum ônus adicional
- h) Fornecer no mínimo 04 (quatro) dosímetros individuais e suas respectivas leituras para os técnicos de radiologia que manipularem o aparelho de radiografia em cada ponto.

#### **16.2. DA CONTRATANTE**

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo e seus anexos;



- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- g) O direito de paralisar ou suspender a qualquer momento a execução do contrato, caso haja qualquer infringência das normas legais ou procedimentos aplicados.

#### 17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Serão aplicadas sanções administrativas à CONTRATADA que praticar qualquer ato ilícito ou descumprir, total ou parcialmente, as obrigações contratuais, especialmente aquelas relacionadas à prestação dos serviços de telediagnóstico, conforme o Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Lauro de Freitas, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, podendo ensejar advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e, nos casos mais graves, rescisão contratual.

17.2. O inadimplemento total ou parcial das obrigações poderá ensejar a aplicação das sanções previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal, especialmente quando houver comprometimento da qualidade, segurança ou confiabilidade dos laudos e serviços prestados.

17.3. As sanções aplicadas serão registradas no SICAF ou sistema equivalente, para fins de controle e publicidade, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

#### 18. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

Descrição	Código	Nomenclatura
Órgão	23	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	2301	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	2359	Funcionamento dos serviços de atenção de atenção em saúde especializada de média e alta complexidade.
Elemento	33903900	Outros serviços de terceiros
Fontes de recursos	15001002/ 16000000	Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde. Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

#### 19. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

19.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> ou do endereço eletrônico [copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br](mailto:copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br).

19.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.

19.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

19.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.



## 20. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

20.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do(a) Pregoeiro(a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

20.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

20.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

20.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

20.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão responsável pela elaboração do contrato verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

20.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

20.5 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

20.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

20.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

## 21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto, uma vez que, em pesquisa ao mercado, foi constatado que o serviço pretendido pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

## 22. DO REAJUSTE

22.1. Independentemente do prazo de duração do contrato utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, com data-base vinculada à assinatura do contrato.

22.2. O reajuste contratual, quando devido, será concedido pela Administração, mediante apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, observado os prazos, o índice e a metodologia previstas, bem como a disponibilidade orçamentária e a regular instrução processual.

22.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



- 22.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 22.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 22.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 22.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 22.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 22.9. Surgindo fato desencadeador ocorrido após a assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte; que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte; que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente; que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o Contratante requer o reequilíbrio.
- 22.10. A Contratante decidirá o pedido de reequilíbrio em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados do recebimento do requerimento devidamente instruído. Reconhecido o direito, o reequilíbrio será formalizado por termo aditivo ou instrumento equivalente. O pedido deverá ser apresentado tempestivamente, sob pena de preclusão e perda do direito quanto ao período não formalizado.
- 22.11. A exclusão do regime tributário do simples nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.
- 22.12. O reequilíbrio será realizado por Termo Aditivo.
- 22.13. Reajuste, repactuação, revisão ou reequilíbrio somente serão analisados e eventualmente reconhecidos mediante requerimento formal, por escrito, da Contratada, acompanhado de memória de cálculo e documentação comprobatória, observados critérios legais/contratuais.

### **23. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

- 23.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 23.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 23.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 23.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 23.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



#### Fiscalização:

- 23.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, o servidor **Maurizio Matos Uchoa (Mat. 121536)** ou pelos respectivos substitutos.
- 23.7. A Secretaria definirá os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, através de Portaria para tal finalidade, publicada na imprensa oficial.
- 23.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 23.9. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 23.10. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 23.11. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- 23.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 23.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 23.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### Gestor do Contrato

- 23.15. Cabe ao gestor do contrato:
- 23.15.1.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 23.15.1.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 23.15.1.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 23.15.1.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



23.15.1.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

23.15.1.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

23.15.1.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

#### 24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

24.2. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

24.3. As referências de horário correspondem ao horário oficial da Bahia.

24.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a).

#### 25. FORO

25.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

#### 26. ANEXOS DO EDITAL

26.1. Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS
ANEXO II	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA
ANEXO III	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO
ANEXO IV	DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ANEXO V	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
ANEXO VI	MINUTA DO CONTRATO

26.2. – Este Edital e seus anexos contêm 75 (setenta e cinco) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Lauro de Freitas, 28 de Abril de 2026

Heider do Vale Almeida Pinheiro  
**Diretoria de Licitações**





**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
TERMO DE REFERÊNCIA n. 0016/2025  
PROC. ADMINISTRATIVO Nº: 08922/2025**

**1. OBJETO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “a”).**

1.1. O objeto da presente Licitação é a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telediagnóstico, abrangendo a realização de exames de imagem de média e alta complexidade, com emissão de laudos, fornecimento de equipamentos em regime de cessão e suprimento de materiais de consumo, visando atender às necessidades das Unidades de Saúde do Município de Lauro de Freitas – BA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.**

LOTE 01 – SERVIÇOS DE CARDIOLOGIA							
ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QTD/ MEN SAL	QTD/A NUAL	VALOR UNITÁRI O (R\$)	VALOR MENSAL TOTAL (R\$)	VALOR ANUAL TOTAL (R\$)
01	SERVIÇO ELETROCARDIOGRAMA - DEVE POSSUIR ESTRUTURA DE 01 COMPUTADOR PC, COM CPU INTEL I5, OU SUPERIOR, COM NO MÍNIMO 4GB RAM, HD 320GB, INTERFACE PARA CONEXÃO A INTERNET 4G OU BANDA LARGA E INTERFACE PARA CONEXÃO DO MÓDULO DE CAPTAÇÃO DO ECG; MONITOR VÍDEO LED COM TAMANHO MÍNIMO 21 POLEGADAS; MÓDULO ESTABILIZADOR ELÉTRICO DE 1000 V OU SUPERIOR, TIPO NOBREAK; SISTEMA OPERACIONAL REGISTRADO E SOFTWARES NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS; MÓDULO PARA CAPTAÇÃO DOS SINAIS DE ECG COM REGISTRO NA ANVISA; IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA ADEQUADA A DEMANDA DE IMPRESSÃO DOS LAUDOS DE ECG; EMITIR E RECEBER EXAMES E LAUDOS ATRAVÉS DE INTERNET COM SISTEMA PRÓPRIO DA EMPRESA PARA ENVIO E RECEBIMENTO, CENTRAL DE LAUDOS ONLINE, VISANDO A QUALIDADE E A SEGURANÇA) COM EQUIPE MÉDICA DE CARDIOLOGISTAS A DISPOSIÇÃO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, BEM COMO CESSÃO POR COMODATO DE 01 (UM) APARELHO DE ELETROCARDIOGRAMA DIGITAL USB PARA MICROCOMPUTADOR, COM CAPACIDADE PARA REALIZAR 12 (DOZE) DERIVAÇÕES SIMULTÂNEAS COM DII LONGO	EXAME S/ LAUDO S	4.00 0	48.0 00	R\$ 37,84	R\$ 151.360,0 0	<b>1.816.320, 00</b>



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	DEVIDAMENTE REGISTRADO PELA ANVISA. EMISSÃO DE LAUDO DE EMERGÊNCIA EM ATÉ 60 (SESSENTA) MINUTOS E ROTINA DEVERÃO SER RESPONDIDOS EM ATÉ 72 (SETENTA E DUAS HORAS) HORA. DEVE SER FORNECIDO TREINAMENTO ESPECIALIZADO PARA UTILIZAÇÃO DO APARELHO, PRESENCIAL, NO LOCAL DA INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO, PARA QUE OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS ESTEJAM APTOS A TRABALHAR SOB OS PADRÕES DE QUALIDADE DA CONTRATADA, SUBSTITUIÇÃO DO APARELHO EM CASO DE MAU FUNCIONAMENTO, DE FORMA GRATUITA, EM ATÉ 24(VINTE E QUATRO) HORAS APÓS EXPRESSAMENTE COMUNICADO, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE.						
--	---	--	--	--	--	--	--

LOTE 02 – SERVIÇOS DE RADIOLOGIA							
ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QTD/MENSAL	QTD/ANUAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL TOTAL (R\$)	VALOR ANUAL TOTAL (R\$)
01	SERVIÇO RAIOS X - EMPRESA DE TELERRADIOLOGIA, PARA EMISSÃO DE LAUDOS PARA RAIOS X. EMISSÃO DE LAUDO DE EMERGÊNCIA EM ATÉ 60 (SESSENTA) MINUTOS E ROTINA DEVERÃO SER RESPONDIDOS EM ATÉ 72 (SETENTA E DUAS HORAS) HORA; MÉDICO RADIOLOGISTA QUE POSSUA TÍTULO DE ESPECIALISTA EM RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM QUE ASSINARÁ OS LAUDOS ELETRONICAMENTE COM ASSINATURA DIGITAL; COM SUPORTE TÉCNICO PESSOALMENTE E OUTROS MEIOS DE CONTATO (TELEFONE, CHAT, SERVIÇOS DE MENSAGENS) FACILITANDO E AGILIZANDO A RESOLUÇÃO DE QUALQUER INTERCORRÊNCIA; SISTEMA QUE SEJA COMPATÍVEL COM O SISTEMA CR; SISTEMAS CERTIFICADOS PELA ANVISA; LAUDOS LIBERADOS ATRAVÉS DE SITE E/OU SOFTWARE DISPONIBILIZADO PELA EMPRESA; OS LAUDOS DEVERÃO CONSTAR INFORMAÇÕES DETALHADAS PARA AUXÍLIO DOS MÉDICOS DAS UNIDADES PARA DIAGNÓSTICO.	EXAMES / LAUDOS	4.000	48.000	R\$ 20,61	R\$ 82.440,00	R\$ 989.280,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

LOTE 03 – SERVIÇOS DE RADIOLOGIA							
ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QTD/MENSAL	QTD/ANUAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL TOTAL (R\$)	VALOR ANUAL TOTAL (R\$)
01	SERVIÇOS DE LAUDOS DE MAMOGRAFIA INCLUSO O FORNECIMENTO DO SISTEMA QUE SEJA COMPATÍVEL COM O SISTEMA CR; SISTEMAS CERTIFICADOS PELA ANVISA; LAUDOS LIBERADOS ATRAVÉS DE SITE E/OU SOFTWARE DISPONIBILIZADO PELA EMPRESA (SISTEMA PACS – PARA DISTRIBUIÇÃO E ARMAZENAMENTO DAS IMAGENS DIGITALIZADAS DO MAMÓGRAFO, COM REGISTRO VIGENTE NA ANVISA); OS LAUDOS DEVERÃO CONSTAR INFORMAÇÕES DETALHADAS PARA AUXÍLIO DOS MÉDICOS DAS UNIDADES PARA DIAGNÓSTICO. FORNECIMENTO DE LAUDOS CONFORME RDC Nº 611/2022 DA ANVISA.	EXAMES / LAUDOS	1.000	12.000	R\$ 87,33	R\$ 87.330,00	R\$ 1.047.960,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 1.1 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme constante no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.2 O prazo para execução dos serviços será por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto na Lei 14.133/2024.
- 1.3 **DOS SERVIÇOS:** A execução dos serviços e toda infraestrutura, deverá ser iniciada a partir da data de assinatura do contrato e concluída em até 05 (cinco) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço. Toda a manutenção preventiva e corretiva é de responsabilidade da empresa contratada. Poderá haver remanejamento do quantitativo estimado entre as Unidades executantes, conforme demanda mensal. Os serviços deverão ser executados nas unidades de saúde do Município de Lauro de Freitas, conforme disposto no Anexo I – Termo de Referência.
- 1.4 O custo estimado total da contratação corresponde ao valor máximo aceitável de **R\$ 3.853.560,00 (três milhões, oitocentos e cinquenta e três mil reais, quinhentos e sessenta reais).**
- 1.5 Esclarecemos que o quantitativo, registrado nas Planilhas de Especificações, referem – se ao quantitativo mensal de serviços, ou seja, o quantitativo mensal disposto no Termo de Referência e nos demais documentos do processo licitatório visa garantir clareza e precisão quanto à estimativa de demanda, evitando interpretações equivocadas que possam levar à suposição de que os valores indicados correspondem à necessidade anual do contrato. Por fim, cabe destacar que os quantitativos mensais foram adotados exclusivamente para fins de estimativa e planejamento, sendo o valor final do contrato calculado com base na projeção do consumo durante a vigência contratual.

#### 1.6 Fundamentação da Contratação

- 1.6.1 O objeto deste Termo de Referência fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente, no que coube.
- 1.6.2 A contratação de serviços supramencionado, através da modalidade, pregão, é fundamental para a garantia da qualidade dos serviços de saúde oferecidos pela Secretaria de Saúde, bem como para a agilidade nos diagnósticos e o acompanhamento dos pacientes. A modalidade pregão é a mais adequada para este tipo de contratação, pois permite a definição objetiva do desempenho e da qualidade do serviço, além de garantir a competitividade e o menor custo para a administração pública.
- 1.6.3 O regime de execução será por contrato.

#### 1. JUSTIFICATIVA (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “b”).

- 2.1 Trata-se da contratação de serviços de Telemedicina para a realização de exames de raio-X, eletrocardiograma (ECG) e mamografia, com fornecimento dos respectivos equipamentos, insumos e disponibilização de profissionais qualificados para emissão de laudos. A medida é essencial para assegurar a continuidade das ações de saúde nas unidades de urgência e emergência, atenção primária, especializada e ambulatorial, garantindo diagnósticos ágeis, seguros e tecnicamente fundamentados. Por se tratar de serviço de caráter contínuo e estratégico, a interrupção de sua prestação acarretaria risco de desassistência, atrasos nos diagnósticos e prejuízos relevantes à população, comprometendo a resolutividade da rede municipal de saúde.
- 2.2 A contratação do objeto Telemedicina pode ser definida como o conjunto de tecnologias e aplicações que permitem a realização de ações médicas à distância. Tanto nas Unidades de Pronto Atendimento quanto nas Unidades de Atenção Primária em Saúde essa modalidade se faz indispensável, uma vez que possibilitará o uso mais racional e eficiente dos recursos, através da centralização de especialistas e da descentralização da assistência, alcançando um número maior de pessoas e possibilitando um diagnóstico mais rápido e seguro.



## **2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "c").**

- 3.1 A solução proposta consiste na contratação de serviços de Telemedicina destinados à realização de exames de raio-X, eletrocardiograma (ECG) e mamografia, abrangendo o fornecimento de equipamentos, insumos e suporte técnico-operacional, além da disponibilização de profissionais especializados para a emissão de laudos médicos em tempo oportuno.
- 3.2 A forma do procedimento licitatório será via de Pregão, que permite ao poder público, planejamento, o aumento na eficiência administrativa, a redução do número de licitações redundantes, a rapidez na contratação e a total liberdade para o órgão público.
- 3.3 A solução busca fornecer materiais de qualidade, considerando não apenas suas características intrínsecas, mas também sua origem, processamento, uso responsável e impacto ambiental. Este enfoque alinha-se com os princípios da economia circular e com a busca por práticas sustentáveis em todas as etapas do ciclo de vida do objeto.
- 3.4 As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos do objeto da contratação, foram definidos por este setor demandante, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público, do qual está identificado no final e aprova o presente instrumento e seus anexos.
- 3.5 As especificações e quantitativos estão descritas no anexo.

## **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "d").**

- 4.1 A modalidade da licitação para esta contratação será o PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo menor preço, visto tratar-se de serviços comuns nos termos do art. 6º e incisos X e XIII da Lei 14.133/2021, uma vez que as especificações adotadas são reconhecidas e usuais no mercado e indicam objetivamente os padrões de desempenho e qualidade dos serviços.
- 4.2 O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme viabilidade apontada no Estudo Técnico Preliminar.
  - 4.2.1 A adoção do processo licitatório em lotes mostra-se mais adequada ao controle, à gestão e à fiscalização da contratação, permitindo melhor acompanhamento de aspectos como período de garantia, agilidade na resolução de problemas decorrentes de falhas de equipamentos ou de outros eventos relacionados ao serviço, com reflexos positivos na economicidade;
  - 4.2.2 A divisão em lotes neste caso propicia um gerenciamento eficiente e racionalizado dos recursos públicos, reduzindo as despesas administrativas, evitando a elaboração de um número excessivo de chamadas, homologação, extrato de contrato além da economicidade de tempo e agilidade na aquisição dos itens.
  - 4.2.3 A pesquisa de mercado realizada comprova que diversas empresas fornecem os objetos propostos, não ocasionando restrições na concorrência ou competitividade do certame. A formação de itens visa melhorar a eficiência do serviço do objeto licitado, possibilitando um certame com fornecedores qualificados para cada item e melhor administração dos contratos.
- 4.3 Para a execução dos objetos pretendidos, a empresa escolhida para futura contratação deverá comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título de habilitação técnica exigidos no Termo.
- 4.4 A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes previstas neste Termo e demais documentos, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

perfeita execução do objeto. Ademais, a contratação do referido material deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº 14.133/21.

- 4.5 Para que o objeto seja concretizado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características deste, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente, os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei n. 14.133/2021, bem como buscar aderência aos padrões do mercado.
- 4.6 Referente ao cumprimento de prazos: A empresa contratada deve ser capaz de cumprir os prazos estabelecidos. Isso é essencial para garantir a realização do evento dentro do cronograma planejado.
- 4.7 A contratada deverá realizar a entrega do(s) produto(s) independente do quantitativo solicitado, não havendo necessidade de pedido mínimo para entrega.
- 4.8 Todos os materiais bem como os procedimentos relacionados a sua execução deverão estar de acordo com a legislação vigente e demais dispositivos legais.
- 4.9 A proposta de preços apresentadas pelo participante deverá conter a marca, o fabricante (**quando solicitado**) e a procedência do material oferecido os materiais devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado.

#### **4.10 GARANTIA DA EXECUÇÃO.**

- 4.10.1 Não será exigida a prestação de garantia contratual para a execução do objeto, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021. A decisão fundamenta-se na discricionariedade conferida à Administração para avaliar a conveniência e a oportunidade de tal exigência, considerando a natureza do objeto, o valor da contratação e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

#### **4.11 Subcontratação**

- 4.11.1 Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto, uma vez que, em pesquisa ao mercado, foi constatado que o serviço pretendido pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

#### **4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “e”).**

- 5.1 O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto na Lei Federal 14.11/2021.
- 5.2 A empresa contratada deverá fornecer/prestar serviços de acordo com a demanda da Administração.
- 5.3 A instalação do sistema, dos equipamentos e toda infraestrutura necessária, deverá ser iniciada a partir da data de assinatura do contrato e concluída em até 05 (cinco) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço.
- 5.4 Caso não seja possível a entrega e/ou início da prestação de serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

#### **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “f”).**

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### 6.6 Fiscalização:

- 6.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, o servidor **Maurizio Matos Uchoa (Mat. 121536)** ou pelos respectivos substitutos.
- 6.6.2 A Secretaria definirá os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, através de Portaria para tal finalidade, publicada na imprensa oficial.
- 6.6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 6.6.4 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.6.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 6.6.6 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- 6.6.7 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.6.8 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.6.9 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### 6.7 Gestor do Contrato

- 6.7.1 Cabe ao gestor do contrato:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 6.7.1.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.7.1.2 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.7.1.3 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.7.1.4 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.7.1.5 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.7.1.6 Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.7.1.7 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**6. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “g”).**

**7.1 Recebimento:**

- 7.1.1 Os bens e/ou prestação de serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.1.2 Os bens e/ou prestação de serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.1.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 7.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7.2 Liquidação**

- 7.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrão o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 7.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade;
- 7.2.4 A data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.2.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.2.6 Nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2.7 Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- c) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo;
  - d) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas
- 7.2.8 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.2.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.2.10 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.2.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **7.3 Prazo de pagamento**



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 7.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

#### 7.4 Forma de pagamento

- 7.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.4.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### 7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “h”).

#### 8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

- 8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **(Pregão Eletrônico)**, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO POR LOTE].

#### 8.2 Forma de Execução

##### 8.2.1 DOS SERVIÇOS:

- 8.2.1.1 A instalação do sistema, dos equipamentos e toda infraestrutura necessária, para os **lotes 01 e 02**, deverá ser iniciada a partir da data de assinatura do contrato e concluída em até 05 (cinco) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço. Toda a manutenção preventiva e corretiva é de responsabilidade da empresa contratada. Poderá haver remanejamento do quantitativo estimado entre as Unidades executantes, conforme demanda mensal. Os serviços deverão ser executados nas unidades de saúde do Município de Lauro de Freitas, conforme disposto no Anexo I – Termo de Referência.
- 8.2.1.2 Para o **lote 03**: A execução dos serviços deverá ser iniciada a partir da data de assinatura do contrato e concluída em até 05 (cinco) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço. Os exames deverão ser realizados em local próprio da Contratante no Complexo de Saúde. A prestação dos serviços compreenderá mão de obra operacional e administrativa mínima necessária à consecução do objeto licitado, e cumprida às disposições legais e posturas municipais que normatizam e autorizam o exercício para tal atividade.
- 8.2.2 A Contratada deverá dispor da presença de equipe composta por profissionais especializados em diagnóstico por imagem e cardiologia, em condições adequadas e exigidas pela legislação vigente, cumprindo rigorosamente as determinações emanadas pelos órgãos responsáveis e fiscalizadores da atividade inerente, responsabilizando-se em todos os aspectos, sem qualquer exceção.
- 8.2.3 Toda a manutenção preventiva e corretiva é de responsabilidade da empresa contratada. Poderá haver remanejamento do quantitativo estimado entre as Unidades executantes, conforme demanda mensal. Os serviços deverão ser executados nas dependências das unidades, conforme disposto no Termo de Referência Anexo I.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 8.2.4 Em caso de necessidade a contratada poderá solicitar adiamento de prazo de entrega/início da prestação de serviço, desde que plenamente justificado e aceito pela Administração e que o adiamento não traga transtornos as atividades de atendimento à população e aos servidores desta.

### 8.3 Habilitação jurídica:

- 8.3.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 8.3.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.3.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 8.3.4 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 8.4 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 8.4.1 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.4.2 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 8.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;
- 8.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com redação atualizada pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;
- 8.4.5 Declaração assinada pelo representante legal da licitante, devidamente identificado de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz, nos termos disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal'.
- 8.4.6 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 8.4.7 A verificação pelo Órgão responsável ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

### 8.5 Qualificação Econômico-Financeira.

- 8.5.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II) e Certidão de Insolvência Civil Pessoa Jurídica.
- 8.5.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando; índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 01 (um);



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

8.5.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.5.4 Os documentos referidos acima limitar serão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois);

8.5.5 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital ECD ao SPED.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). Deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente;

8.5.6 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133 de 2021, art. 65, § 1º);

8.5.7 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.5.8 A adoção de índices constitui instrumento relevante para a constatação da exeqüibilidade do objeto e não pode ser desconsiderada pela Administração, especialmente no tocante aos contratos de média e longa duração. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no Art.69, da Lei 14.133/2021, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, através dos cálculos previstos e devidamente justificados, usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação, ao passo em que não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, eis que estabelecidos em patamares aceitáveis.

## **8.6 Qualificação Técnica**

- 8.6.1 Comprovação de capacidade técnico-operacional mediante a apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado, em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;
- 8.6.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação da pessoa jurídica emitente em papel timbrado, número do CNPJ, endereço, telefone para contato, data de emissão, nome e cargo ou função do responsável pela assinatura, bem como a descrição do objeto, das atividades desenvolvidas e o período de execução da contratação.
- 8.6.3 Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante, por empresas integrantes do mesmo grupo econômico ou por empresas nas quais haja participação societária, direta ou indireta, de sócios ou diretores da licitante.
- 8.6.4 Alvará de Funcionamento da Sede da licitante, em plena validade. Na hipótese de inexistência de prazo, reputar-se-ão válidos por 12 (doze) meses, contados de sua expedição.
- 8.6.5 Declaração/Certidão ou documento equivalente de Vistoria e/ou Alvará da Vigilância Sanitária competente (Município e/ou Estado/Distrital) da Sede da licitante, em plena validade.
- a.1) No caso de Declaração/Certidão ou documento equivalente de Vistoria na hipótese de inexistência desse prazo, reputar-se-ão válidos por 30 (trinta) dias, contados de sua expedição.
- a.2) A empresa vencedora deverá estar inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica do Conselho Regional de Medicina - CRM de sua jurisdição, conforme Resolução CFM nº 2107/2014.
- 8.6.6 A licitante que deseja participar da licitação poderá realizar visita técnica nas Unidades de Pronto Atendimento e Hospitalar a qual deverá agendar com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data marcada





**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

para abertura do Pregão Eletrônico, no horário de 8h às 17h, a visita técnica através do e-mail: daespecializada.pmlf@gmail.com;

- 8.6.7 Observação, não haverá visita técnica nas 24 (vinte e quatro) horas que antecedem o certame; A Secretaria de Saúde emitirá um documento que comprove a realização da vistoria, conforme modelo Anexo II. Este documento deverá ser apresentado pela participante, na fase de habilitação;
- 8.6.8 Caso a Licitante tenha conhecimento das informações necessárias sobre os locais onde os serviços serão executados e não deseje efetuar a vistoria, deverá apresentar declaração de renúncia à visita técnica, conforme modelo Anexo III, assinada pelo representante da empresa, sob as penas da Lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato, citando expressamente que não utilizará para quaisquer questionamentos futuros que sejam desacordos técnicos ou financeiros com o Município. Este documento deverá ser apresentado pela participante, na fase de habilitação.

**PARA OS LOTES:**

**8.6.9 LOTE 01 – PARA OS SERVIÇOS DE CARDIOLOGIA.**

- d) Prova de registro de inscrição da empresa e/ou dos profissionais no respectivo conselho competente ou equivalente;
- e) Comprovação de que possui pelo menos 01 (um) profissional com nível superior na área de medicina, devidamente reconhecido na entidade profissional competente para atuar como responsável técnico, com especialização em sua respectiva área (Cardiologia) conforme Resolução CFM nº 2.314/2022, numa das formas a seguir:
- a.1) Carteira de Trabalho/CTPS, no caso de funcionário do quadro permanente;
- a.2) Contrato Social, Estatuto Social ou Ato Constitutivo, no caso de sócio;
- a.3) Contrato de Prestação de Serviço, com data de assinatura anterior a data de abertura das propostas, com assinatura das partes.
- a.4) Termo de compromisso assinado pelo profissional, no sentido de aceitação de responsabilidade técnica do serviço, no caso de a empresa vir a ser a licitante vencedora, com assinatura das partes, em data anterior à data de abertura dos envelopes da licitação.
- f) A comprovação da qualificação do responsável técnico dar-se-á mediante apresentação de diploma de graduação em Medicina, bem como título de especialista, certificado de conclusão de residência médica ou documento equivalente, devidamente reconhecido pelo órgão competente.

Justificativa: A exigência de registro junto ao Conselho Regional de Medicina decorre da natureza do objeto contratado, que envolve a prestação de serviços médicos especializados. Nos termos da Lei nº 6.839/1980, o registro em conselho profissional é definido pela atividade básica exercida pela empresa. Adicionalmente, a Resolução CFM nº 1.980/2011 estabelece, em seu art. 3º, que as empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde, com personalidade jurídica de direito privado, devem registrar-se nos Conselhos Regionais de Medicina da jurisdição em que atuarem, nos termos das Leis nº 6.839/1980 e nº 9.656/1998. Incluem-se nesse contexto as empresas prestadoras de serviços médico-hospitalares de diagnóstico e/ou tratamento, o que abrange o objeto da presente contratação.

**8.6.10 LOTES 02 e 03 – SERVIÇOS DE RADIOLOGIA**

- a) Registro ou inscrição da LICITANTE e do RESPONSÁVEL TÉCNICO no Conselho Regional de Medicina da unidade federativa da sede da licitante, que comprove atividade compatível com o objeto da licitação, mediante uma das seguintes formas:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- a.1) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), no caso de profissional integrante do quadro permanente;  
a.2) Contrato Social, Estatuto Social ou Ato Constitutivo, no caso de sócio;

- a.3) Contrato de Prestação de Serviços, com data anterior à abertura das propostas, devidamente assinado;  
a.4) Termo de Compromisso firmado pelo profissional, declarando que assumirá a responsabilidade técnica em caso de vitória da licitante, com data anterior à abertura do certame.

Justificativa: Conforme a Lei Federal nº 6.839/1980, o registro de empresas e profissionais deve ocorrer no conselho competente, de acordo com a atividade preponderante exercida.

- b) Declaração ou comprovação de que a empresa possui, no mínimo, 01 (um) profissional médico com especialização em Radiologia e Diagnóstico por Imagem, devidamente registrado no CRM, conforme segue:

**Disposições Gerais:**

Para o cumprimento do objeto dos **LOTES II e III** (Radiologia), será indispensável que a empresa conte com equipe de profissionais médicos com especialização em Radiologia e Diagnóstico por Imagem, portadores de título de especialista reconhecido pelo Colégio Brasileiro de Radiologia, devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina competente.

A comprovação dar-se-á mediante a apresentação de:

Certidão de regularidade emitida pelo CRM;

Certificado de conclusão de residência médica ou especialização em Radiologia e Diagnóstico por Imagem;

Título de especialista reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina ou pelo Colégio Brasileiro de Radiologia; em conformidade com a Resolução CFM nº 2.314/2022.

- c) Declaração indicando o médico responsável técnico pelos serviços, devidamente registrado no CRM, assumindo formalmente a responsabilidade pela supervisão técnica.

- d) A comprovação da formação do responsável técnico dar-se-á mediante apresentação de diploma, certificado de especialização e registro no CRM.

**Parágrafo único:**

Considerando que o objeto da contratação envolve a prestação de serviços médicos especializados em Radiologia e Diagnóstico por Imagem, a exigência de registro junto ao Conselho Regional de Medicina mostra-se adequada e proporcional, nos termos da Lei Federal nº 6.839/1980, tendo em vista que a atividade preponderante é de natureza médica. Dessa forma, não se aplica, como requisito principal de habilitação, o registro no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia, sem prejuízo da observância das normas aplicáveis aos profissionais técnicos eventualmente envolvidos na execução dos serviços.

- 8.6.11 Declaração formal fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante presta ou prestou serviços para entidades certificadas por programas de acreditação em Diagnóstico por Imagem, que atendam a critérios mínimos de qualidade, segurança e sustentabilidade.
- 8.6.12 Declaração de que dispõe de instalações, equipamentos e pessoal técnico adequados e disponíveis para a execução do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada membro da equipe técnica.
- 8.6.13 Declaração formal do licitante de que possui pleno conhecimento dos documentos necessários à sua participação no certame, bem como de todas as informações e condições locais indispensáveis ao cumprimento integral das obrigações objeto da licitação.
- 8.6.14 Declaração do corpo clínico da licitante, na qual deverão ser indicados os profissionais responsáveis pela execução dos serviços, com a especificação de suas respectivas especialidades e os números de inscrição no Conselho Regional de Medicina. É vedada a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma instituição participante deste certame, sob pena de inabilitação de todas as licitantes envolvidas.



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 8.6.15 Certidão Negativa de Infração Ética expedida pelo Conselho Regional de Medicina para todos os profissionais médicos que atuarão na execução do contrato.
- 8.6.16 Comprovação de cadastro ativo no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), apto para atendimento e faturamento no SUS.
- Justificativa: Conforme a Portaria nº 1.646/2015 do Ministério da Saúde, o cadastramento e a manutenção dos dados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) são obrigatórios para o funcionamento de estabelecimentos de saúde em território nacional, devendo preceder às autorizações e licenciamentos necessários ao exercício de suas atividades.
- 8.6.17 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.
- 8.6.18 A Administração se reserva o direito de promover quaisquer diligências que se façam necessárias a fim de verificar a veracidade e a precisão das informações fornecidas.
- 8.6.19 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo.
- 8.6.20 Os documentos referentes à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômica e Financeira poderão ser substituídos pelo registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal (SICAF), desde que apresentado dentro do prazo de validade, sendo necessário que eles se encontrem listados no Certificado de Registro Cadastral (CRC), caso contrário, o licitante fica obrigado a apresentá-los.
- 8.6.21 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Termo, o licitante será declarado vencedor;
- 8.6.22 A autenticidade, validade e regularidade dos documentos de habilitação apresentados, especialmente aqueles relativos à habilitação jurídica (item 8.4) e à regularidade fiscal e trabalhista (item 8.5), poderão ser verificadas pela Administração por meio de consultas eletrônicas nos sistemas oficiais competentes e junto aos órgãos emissores.
- 8.6.23 A licitante que deixar de atender às condições de habilitação contidas neste Termo, apresentar documento(s) incompleto(s), ilegível(is), com borrões, rasuras, entrelinhas, ou, ainda, com seus prazos de validade vencidos será inabilitada. Salvo o tratamento diferenciado às Micro e Pequenas Empresas no tratamento diferenciado da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, nas restrições relativas às certidões de regularidade fiscal e trabalhista.
- 8.6.24 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.6.25 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a. SICAF;
  - b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 8.6.26 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, o qual prevê, dentre as sanções aplicáveis aos responsáveis por atos de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 8.6.27 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
  - b) O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
  - c) Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
  - d) É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.6.28 A contratada deverá comprovar conter ainda os documentos a seguir relacionados:
- e) declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
  - f) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - g) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 8.6.29 As exigências previstas no Termo de Referência, referentes à qualificação técnica, foram definidas em conformidade com os princípios da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à busca da proposta mais vantajosa, da segurança do objeto contratado e da isonomia entre os licitantes. Tais requisitos não configuram restrição à competitividade, uma vez que se limitam a demandar comprovações razoáveis e proporcionais, compatíveis com a complexidade do objeto. Ao contrário, visam assegurar que os fornecedores demonstrem capacidade técnica suficiente, evitando o risco de fornecimento de materiais sem certificação ou de qualidade inferior, o que poderia comprometer a segurança assistencial e o atendimento à população.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 9.2 Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- 9.3 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca;
- 9.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.5 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 9.6 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 9.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.8 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 9.9 Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- 9.10 Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos utilizados para a prestação de serviços, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe ainda a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligência resultante da prestação do serviço.
- 9.11 Executar o serviço dentro do Município de Lauro de Freitas tal exigência justifica-se pela dificuldade de deslocamento dos pacientes, pelo alto custo da passagem para outros Municípios e pelo gasto do Município em ter que disponibilizar transporte para a realização dos exames.
  - 9.11.1 A Contratada deverá enviar, mensalmente, junto com a nota fiscal, planilha com a quantidade de exames realizados e laudados, bem como os nomes e dados de identificação dos pacientes.
  - 9.11.2 A empresa vencedora deverá permitir, a qualquer momento, o acesso aos laudos de solicitação/autorização de procedimentos e fichas de atendimentos dos pacientes arquivados, à equipe de auditores da Secretaria Municipal/Estadual de Saúde ou do Ministério da Saúde.

**LOTE I – PARA OS SERVIÇOS DE CARDIOLOGIA;**

- 9.12 Disponibilizar equipamento completo para realização de eletrocardiograma com registro na ANVISA, em regime de locação;
  - 9.12.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar equipamentos completos para realização de eletrocardiograma (ECG), devidamente registrados na ANVISA, em regime de cessão de uso durante toda a vigência contratual. Os equipamentos permanecerão sob responsabilidade técnica da CONTRATADA, cabendo a esta sua instalação, manutenção, substituição e pleno funcionamento.
  - 9.12.2 Implantar o sistema de realização de ECG com: computador completo, impressora, placa de rede, sistema operacional registrado, software para processamento, armazenamento e visualização de ECG;
  - 9.12.3 Disponibilizar equipamento de computador para recepção de laudo, diagnóstico e orientações clínicas, com internet sob responsabilidade da CONTRATANTE.
  - 9.12.4 Instalação dos equipamentos e interligação entre o computador e entrada principal de internet.
  - 9.12.5 Diagnosticar através do sistema e caso necessário, orientar o médico de plantão quanto ao tratamento mais adequado, referência das drogas cardiovasculares classificadas e tipificadas, incluindo o tipo de tratamento sugerido para cada paciente. É desejável manter o registro de tratamento realizado, registro do paciente após o tratamento e caracterização e evolução dele.
  - 9.12.6 Distribuir nas unidades de telecardiologia, manual contendo orientações sob forma de diagnóstico e tratamento nas emergências cardiovasculares;
  - 9.12.7 Disponibilizar prontuário eletrônico online, atualizado diariamente, contendo os registros dos pacientes com alterações relevantes nos exames de ECG.
  - 9.12.8 Ter um representante técnico para prestação do serviço e atender aos chamados. Além de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos. Como também, visitas mensais e sem franquia. Atendimento imediato



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

em caso de problemas nos sistemas e equipamentos instalados, com substituição dos equipamentos defeituosos no prazo máximo de 06 (seis) horas, por outros de igual ou superior qualidade.

- 9.12.9 Oferecer treinamento inicial e continuado aos profissionais da CONTRATANTE quanto ao uso dos equipamentos e sistemas.
- 9.12.10 A CONTRATADA deverá assumir integral responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, garantindo a continuidade dos serviços de forma ininterrupta. Deverá, ainda, prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, bem como observar rigorosamente a legislação trabalhista vigente, assegurando o cumprimento de todas as obrigações legais aplicáveis
- 9.12.11 A CONTRATADA deverá prestar, sempre que solicitada pela CONTRATANTE, todas as informações e esclarecimentos relacionados ao objeto do contrato, adotando as medidas necessárias para garantir a continuidade dos serviços, sem interrupções. Deverá, ainda, assegurar que seus empregados executem as atividades em conformidade com a legislação trabalhista vigente, especialmente no que se refere ao cumprimento das cargas horárias legalmente permitidas.
- 9.12.12 A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento contínuo de todos os materiais de consumo necessários à execução dos serviços, incluindo papel para impressão de laudos (A4 ou específico), cartuchos e/ou toners para impressoras, eletrodos e demais insumos utilizados na realização de eletrocardiogramas, bem como quaisquer outros materiais indispensáveis ao pleno funcionamento do serviço, devendo garantir o abastecimento ininterrupto, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a paralisação das atividades por falta de insumos.
- 9.12.13 Quando da contratação do serviço, a CONTRATADA, deverá dispor de infraestrutura na Região Metropolitana de Salvador, para o Pronto Atendimento nos prazos estipulados no contrato.
- 9.12.14 Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre medicina e segurança do trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais, quando for necessário.
- 9.12.15 A CONTRATADA deverá colocar em serviço apenas empregado devidamente qualificado, selecionados e treinados para o perfeito desempenho dos trabalhos, devendo os mesmos apresentar-se, quando necessário, devidamente uniformizados e portando crachá de identificação.
- 9.12.16 Todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos, utilizados para prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe, ainda, a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligências resultante da prestação dos serviços.
- 9.12.17 Os laudos deverão ser de uso exclusivo dos servidores e prestadores de serviço da CONTRATANTE e disponibilizado apenas ao paciente.

**LOTE II – PARA OS SERVIÇOS DE RADIOLOGIA;**

- 9.13 Disponibilizar equipamento completo para realização de raio x com registro na ANVISA, em regime de comodato;
- 9.13.1 A CONTRATADA será responsável pela manutenção preventiva e corretiva, e/ou substituição de equipamentos e acessórios danificados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da comunicação do problema;
- 9.13.2 Implantar o sistema de realização de transmissão das películas de Raio X com: computador servidor de dados completo, software PACS para armazenamento dos exames, impressora, placa de rede, sistema operacional registrado e software.;
- 9.13.3 Fornecer em comodato Equipamento de Raio X digital de 500mA;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 9.13.4 Fornecer em comodato CR para Digitalização das imagens;
- 9.13.5 Fornecer em comodato Impressora de Películas (DRY);
- 9.13.6 Fornecer em comodato equipamento Nobreak de 10kVA;
- 9.13.7 Instalar uma estação de visualização das imagens arquivadas no sistema PACS (Computador com monitor de alta resolução);
- 9.13.8 Plataforma digital e sistema telediagnóstico por imagem com armazenamento de laudos e imagens, visualizador por login e senha, QR code, visualizador nos consultórios.
- 9.13.9 Ter um funcionário responsável pela manutenção preventiva e corretiva. Como também, visitas semanais e sem franquia. Atendimento imediato, até 24 horas em caso de problemas nos equipamentos instalados;
- 9.13.10 Responsabilizar-se totalmente por todos os encargos e ônus da legislação trabalhista previdenciária e fiscal, bem como os seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora;
- 9.13.11 Prestar informações e esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, em relação ao objeto deste contrato, diligenciando para que os serviços não sofram soluções de continuidade, ao tempo em que deverá cuidar para que seus empregados executem os serviços cujas cargas horárias não excedam as permitidas em lei;
- 9.13.12 Fornecer materiais de consumo tais como: cartuchos de tinta, tonner para impressora, papel branco A4 para impressão de laudos;
- 9.13.13 Fornecer mensalmente o quantitativo necessário de películas de impressora DRY (química seca), garantindo a impressão de todos os exames contratualizados.
- 9.13.14 Fornecer os acessórios radiológicos: avental de chumbo, écran e protetor de tireóide;
- 9.13.15 Prover estrutura de armazenamento das imagens em servidos DICOM, com sistema de backup na internet e guarda dos dados pelo período pertinente em legislação, bem como para fornecimento a unidade sempre que solicitado;
- 9.13.16 A Contratada deverá manter Central Médica com diretor responsável, médico radiologista, para fornecer os laudos das imagens radiológicas, tendo em sua equipe somente profissionais radiologistas também inscritos junto ao Conselho Regional de Medicina, bem como com Diploma junto ao Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, respondendo aos exames cadastrados no sistema num prazo máximo de 01 (uma) hora;
- 9.13.17 Dispor de sistema WEB para arquivamento busca e impressão dos laudos emitidos pelos seus médicos, acessados nos computadores das unidades de saúde atendidas pelo contrato.
- 9.13.18 Realizar treinamento dos profissionais médicos, técnicos em imagem, apoio administrativo e operador no manuseio dos equipamentos e sistemas instalados.
- 9.13.19 Cadastrar as equipes com acesso controlado por login e senha de acordo a Resolução CFM nº. 1.821/2007.
- 9.13.20 Instalar na unidade 01 (um) aparelho de Raio-X digital de 500 m com digitalização das imagens por CR (Radiologia Computadorizada).
- 9.13.21 Instalar no Raio X um sistema de captação e transmissão de imagens, com capacidade de se interligar ao sistema PACS de propriedade da empresa contratada. Todos os equipamentos e serviços devem atender aos padrões e obrigações dos colégios mundiais de radiologia, os quais legislam que não é permitido laudar ou diagnosticar imagens radiológicas que não sejam DICOM 3.0.
- 9.13.22 Armazenar os dados, imagens e Sistemas Informatizados de guarda e manuseio das imagens de acordo à Resolução CFM nº. 1.821 /2007.





**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 9.13.23 Interligar os equipamentos instalados em comodato nas unidades com a sua central médica para análise e emissão dos laudos por seus médicos radiologistas num prazo máximo de até 48 horas.
- 9.13.24 Estabelecer um SISTEMA DE EMISSÃO DE LAUDOS visualizados e impressos de acordo a Resolução CFM nº. 1.821 /2007.
- 9.13.25 A Contratada, o seu Responsável Técnico e os médicos que irão laudar os exames deverão estar inscritos e quites junto ao Conselho Regional de Medicina na data da licitação e durante a execução do contrato.
- 9.13.26 O contratado deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização de seus serviços pela Superintendência de Atenção Especializada da SESA, bem como da Auditoria Municipal e do Conselho Municipal de Saúde.
- 9.13.27 O contratado fornecerá de imediato, quando solicitado, documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do Contrato.
- 9.13.28 A Contratada deverá dispor de 01 (um) ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem experiência da empresa compatível com o Objeto.
- 9.13.29 Relação dos Profissionais médicos radiologistas contendo Nome, Número de Inscrição no Conselho, CPF, número do CNS junto ao CNES e ficha de dados impressa no site do CNES demonstrando o vínculo de cada profissional com a empresa.
- 9.13.30 Em atendimento a RESOLUÇÃO - RDC Nº 330, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, do Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Diretoria Colegiada, a empresa deverá apresentar cópia da Nota Fiscal provando que dispõe de monitor de alta resolução para visualização das imagens radiológicas a serem laudadas em sua Central de Laudos.
- 9.13.31 Sistema de Gestão de Imagens PACS (Picture Archiving and Communication System), com Registro na ANVISA, que é um sistema de arquivamento e comunicação voltado para o diagnóstico por imagem que permite o pronto acesso às imagens médicas em formato digital, sem cobrança adicional por usuário e sem volumetria ou licença de uso para o ponto de atendimento.
- 9.13.32 Fornecer no mínimo 08 (oito) dosímetros individuais e suas respectivas leituras para os técnicos de radiologia que manipularem o aparelho de radiografia em cada ponto.

**LOTE III – PARA OS SERVIÇOS DE MAMOGRAFIA;**

- 9.14 Os exames deverão ser realizados em local próprio da Contratante no Complexo de Saúde a prestação dos serviços compreenderá mão de obra operacional e administrativa mínima necessária à consecução do objeto licitado, e cumprida às disposições legais e posturas municipais que normatizam e autorizam o exercício para tal atividade.
- 9.14.1 Os exames serão realizados por técnicos especializados em radiologia, capacitados para operar os equipamentos e assegurar o conforto e a segurança das pacientes durante o procedimento. O ambiente deverá ser tecnicamente adequado, assegurando privacidade, bem-estar, e plena acessibilidade para todas as pacientes, em conformidade com as normas regulamentares estabelecidas pelos órgãos competentes para atendimentos em saúde, incluindo requisitos de acessibilidade e condições sanitárias.
- 9.14.2 A Contratada deverá dispor da presença de equipe composta por profissionais especializados em diagnóstico por imagem, em condições adequadas e exigidas pela legislação vigente, cumprindo rigorosamente as determinações emanadas pelos órgãos responsáveis e fiscalizadores da atividade inerente, responsabilizando-se em todos os aspectos, sem qualquer exceção.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 9.14.3 Qualidade da Imagem: A qualidade das imagens adquiridas será monitorada constantemente para garantir que estejam em conformidade com os padrões exigidos para um diagnóstico preciso. Imagens de baixa qualidade serão descartadas, e o exame será repetido, sem custos adicionais.
- 9.14.4 A Contratada deverá submeter os resultados de todos os exames à revisão de laudo por médico especializado em diagnóstico de imagem, antes de sua liberação. A Contratada deverá dispor de capacidade para entregar os laudos e imagens da mamografia documentada impressa em filme em tamanho real, conforme recomendações da CBR, ao Complexo de Saúde no prazo de até 15 (quinze) dias corridos para laudos normais e de até 02 (dois) dias corridos para laudos emergenciais.
- 9.14.5 Os exames e laudos realizados serão entregues ao Complexo de Saúde, que proverá a posterior distribuição ao mesmo, bem como, o formulário do SISCAN (fornecido pelo Complexo de Saúde), devidamente preenchido pelo médico especializado em diagnóstico de imagem.
- 9.14.6 Deverá manter o armazenamento e guarda dos exames e seus backups, atendendo integralmente às regras estabelecidas na Resolução nº 1.821/2007 e Parecer nº 10/2009 do Conselho Federal de Medicina. Ao encerramento do contrato, motivado ou imotivadamente, todos os exames e resultados, bem como seus arquivos físicos e eletrônicos deverão ser transferidos para a Contratante, sem quaisquer restrições à leitura ou acesso e sem nenhum ônus adicional
- 9.14.7 Fornecer no mínimo 04 (quatro) dosímetros individuais e suas respectivas leituras para os técnicos de radiologia que manipularem o aparelho de radiografia em cada ponto.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;
- 10.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 10.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo e seus anexos;
- 10.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.7 O direito de paralisar ou suspender a qualquer momento a execução do contrato, caso haja qualquer infringência das normas legais ou procedimentos aplicados.

## 10. ESTIMATIVA DE VALOR (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "i").

- 11.1 O custo estimado total da contratação corresponde ao valor máximo aceitável de **R\$ 3.853,560,00(três milhões, oitocentos e cinquenta três mil, quinhentos e sessenta reais).**



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 11.2 Os custos estimados da contratação foram apurados mediante cotação de preços com os fornecedores, contratos e atas de outros municípios e cotação no site do banco de preços, sendo analisado cada item de forma individual, buscando o lançamento mais próximo ao valor praticado no mercado. Alguns valores foram desconsiderados do cálculo devido à discrepância dos demais.

**11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “j”)

- 12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

Descrição	Código	Nomenclatura
Órgão	23	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	2301	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	2359	Funcionamento dos serviços de atenção de atenção em saúde especializada de média e alta complexidade.
Elemento	33903900	Outros serviços de terceiros
Fontes de recursos	15001002/ 16000000	Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde. Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

**12. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

- 13.1 A presente contratação não gera Impactos ambientais diretos.
- 13.2 A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todos os MATERIAIS a serem fornecidos deverão considerar a composição, características ou componentes sustentáveis a preservação do meio ambiente.
- 13.3 As Contratadas deverão respeitar e cumprir o DECRETO Nº 10.388 /2020 que institui o SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA de materiais de uso humano, industrializados e manipulados, e de suas embalagens após o descarte pelos consumidores.
- 13.4 As Contratadas deverão respeitar e cumprir a LEI Nº 12.305 /2010 que institui A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS

**13. REAJUSTE e REEQUILÍBRIO DO CONTRATO**

- 14.1 Independentemente do prazo de duração do contrato utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, com data-base vinculada à assinatura do contrato.
- 14.2 O reajuste contratual, quando devido, será concedido pela Administração, mediante apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, observado os prazos, o índice e a metodologia previstas, bem como a disponibilidade orçamentária e a regular instrução processual.
- 14.3 Nos reajustes subseqüentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 14.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 14.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 14.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 14.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 14.8 O reajuste será realizado por apostilamento.
- 14.9 Surgindo fato desencadeador ocorrido após a assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte; que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte; que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente; que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o Contratante requer o reequilíbrio.
- 14.10 A Contratante decidirá o pedido de reequilíbrio em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados do recebimento do requerimento devidamente instruído. Reconhecido o direito, o reequilíbrio será formalizado por termo aditivo ou instrumento equivalente. O pedido deverá ser apresentado tempestivamente, sob pena de preclusão e perda do direito quanto ao período não formalizado.
- 14.11 A exclusão do regime tributário do simples nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.
- 14.12 O reequilíbrio será realizado por Termo Aditivo.
- 14.13 Reajuste, repactuação, revisão ou reequilíbrio somente serão analisados e eventualmente reconhecidos mediante requerimento formal, por escrito, da Contratada, acompanhado de memória de cálculo e documentação comprobatória, observados critérios legais/contratuais.

#### **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 15.1 Serão aplicadas sanções administrativas à CONTRATADA que praticar qualquer ato ilícito ou descumprir, total ou parcialmente, as obrigações contratuais, especialmente aquelas relacionadas à prestação dos serviços de telediagnóstico, conforme o Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Lauro de Freitas, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, podendo ensejar advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e, nos casos mais graves, rescisão contratual.
- 15.2 O inadimplemento total ou parcial das obrigações poderá ensejar a aplicação das sanções previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal, especialmente quando houver comprometimento da qualidade, segurança ou confiabilidade dos laudos e serviços prestados.
- 15.3 As sanções aplicadas serão registradas no SICAF ou sistema equivalente, para fins de controle e publicidade, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021.



## **15. ESCLARECIMENTOS E DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES:**

- 16.1 Além das obrigações usuais, é obrigação da contratada: fornecer os equipamentos necessários à realização dos exames de eletrocardiograma digital instalados nas unidades de saúde listadas, fornecer o treinamento presencial para os operadores desses equipamentos, realizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos quando necessários, substituir em caso de mau funcionamento em até 24 horas quando solicitado.
- 16.2 A empresa vencedora deverá adequar a proposta final com valor unitário e total.
- 16.3 Os locais para instalação e utilização dos aparelhos se encontram listados no Anexo I, ressaltando que poderá haver alterações de logradouros e quantitativos conforme a necessidade da contratante, sem alterações de valores considerando o pagamento ser efetuado por laudo.
- 16.4 O Contratado deverá apresentar juntamente com a nota fiscal o relatório de cada unidade de saúde, contendo o quantitativo de emissão de laudos, com informações detalhadas, devidamente atestadas pelo responsável da Unidade solicitante.

## **16.5 DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS**

### **LOTE I – PARA OS SERVIÇOS DE CARDIOLOGIA;**

16.5.1 O serviço compreende a análise de eletrocardiogramas (“ECGs”), captados e registrados através de sistema especial (software específico) e também disponibilização pela contratada, de Eletrocardiógrafo portátil com 12 (doze) derivações clássicas simultâneas para gravação e transmissão do ECG através de conexão à rede de internet, além da realização de manutenção preventiva e corretiva, com substituição dos equipamentos caso necessário o mais brevemente possível, com um prazo máximo de 12 (doze) horas, a partir da notificação.

16.5.2 Sistema conectado à internet com recepção na central de laudos da CONTRATADA, emissão de laudo com os achados diagnósticos e envio do mesmo à unidade de origem, assinado pelo cardiologista de plantão, emissão de laudo de emergência em até 60 (sessenta) minutos e rotina deverão ser respondidos em até 72 (setenta e duas horas) hora, para as Unidades de Pronto e Hospital, via internet, quando ocorrer falhas na conexão que deverão ser prontamente corrigidas.

16.5.3 Serão instaladas 05 estações fixas nas Unidades de Pronto Atendimento e Hospital, conforme relação no Anexo I deste Termo.

16.5.4 O serviço será ofertado nas UPA de Itinga e UPA Pediátrica (compartilhado), PA Nelson Barros, PA Areia Branca e no Hospital Jorge Novis. Esta contratação inclui instalação dos equipamentos pelo período do contrato, bem como manutenção preventiva e corretiva constante e abastecimento do material de consumo necessário para o funcionamento dos equipamentos (papel, películas, cd e tonner para impressora), recursos humanos técnicos e administrativo do serviço, implantação de sistema de gestão e armazenamento das imagens radiológicas via Web – PACS.

16.5.5 Em caso de mudança de endereço da unidade a CONTRATADA será notificada com antecedência de 72 horas. A CONTRATADA deverá realizar a mudança quando necessário a prestação do serviço em até 30 (trinta) dias após a emissão da Ordem de Serviço.

### **LOTE II – PARA OS SERVIÇOS DE RADIOLOGIA;**

16.5.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar solução completa de radiologia digital em regime de comodato, incluindo fornecimento, instalação, manutenção e operação de equipamento de Raios-X digital de 500 mA, sistema de digitalização (CR), impressora DRY, nobreak de no mínimo 10 kVA e estação de trabalho com monitor de alta resolução,



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

todos devidamente registrados na ANVISA e compatíveis com o padrão DICOM 3.0.

16.5.6.1 Deverá implantar sistema informatizado de gestão de imagens (PACS), com armazenamento, transmissão e acesso remoto aos exames e laudos por meio de plataforma web segura (login e senha), incluindo backup em nuvem, rastreabilidade das informações e disponibilização de laudos com QR Code, sem limitação de usuários.

16.5.6.2 A CONTRATADA será responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, com substituição em até 24 horas, além de suporte técnico contínuo, visitas periódicas e garantia de funcionamento ininterrupto dos serviços.

16.5.6.3 Deverá fornecer todos os insumos necessários à execução dos serviços, incluindo películas DRY, materiais de impressão, dosímetros individuais com monitoramento e equipamentos de proteção radiológica.

16.5.6.4 Os exames deverão ser transmitidos à central médica da CONTRATADA, composta por médicos radiologistas devidamente habilitados junto ao Conselho Regional de Medicina e com qualificação reconhecida, para emissão de laudos em prazo máximo de até 1 (uma) hora para urgência e até 48 (quarenta e oito) horas para rotina.

16.5.6.5 A CONTRATADA deverá garantir o armazenamento das imagens e laudos conforme a legislação vigente, especialmente a Resolução CFM nº 1.821/2007, assegurando integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados.

16.5.6.6 Compete ainda à CONTRATADA realizar treinamento dos profissionais das unidades de saúde, disponibilizar sistema web para consulta e impressão de laudos, manter regularidade técnica e documental da equipe, comprovar capacidade técnica por meio de atestados, e permitir a fiscalização pelos órgãos competentes, fornecendo todas as informações solicitadas.

**LOTE III – PARA OS SERVIÇOS DE MAMOGRAFIA;**

16.5.7 Os exames deverão ser realizados em local próprio da Contratante no Complexo de Saúde. A prestação dos serviços compreenderá mão de obra operacional e administrativa mínima necessária à consecução do objeto licitado, e cumprida às disposições legais e posturas municipais.

16.5.7.1 Os exames serão realizados por técnicos especializados em radiologia, capacitados para operar os equipamentos e assegurar o conforto e a segurança das pacientes durante o procedimento. O ambiente deverá ser tecnicamente adequado, em conformidade com as normas regulamentares estabelecidas pelos órgãos competentes para atendimentos em saúde, incluindo requisitos de acessibilidade e condições sanitárias.

16.5.7.2 A Contratada deverá dispor da presença de equipe composta por profissionais especializados em diagnóstico por imagem, em condições adequadas e exigidas pela legislação vigente, cumprindo rigorosamente as determinações emanadas pelos órgãos responsáveis e fiscalizadores da atividade inerente, responsabilizando-se em todos os aspectos, sem qualquer exceção.

16.5.7.3 Qualidade da Imagem: A qualidade das imagens adquiridas será monitorada constantemente para garantir que estejam em conformidade com os padrões exigidos para um diagnóstico preciso. Imagens de baixa qualidade serão descartadas, e o exame será repetido, sem custos adicionais.

16.5.7.4 Os exames e laudos realizados serão entregues ao Complexo de Saúde, que proverá a posterior distribuição ao mesmo, bem como, o formulário do SISCAN (fornecido pelo Complexo de Saúde), devidamente preenchido pelo médico especializado em diagnóstico de imagem.

16.5.7.5 Deverá manter o armazenamento e guarda dos exames e seus backups, atendendo integralmente às regras estabelecidas na Resolução nº 1.821/2007 e Parecer nº 10/2009 do Conselho Federal de Medicina. 16.5.7.6 Ao encerramento do contrato, motivado ou imotivadamente, todos os exames e resultados, bem como seus arquivos físicos e eletrônicos deverão ser transferidos para a Contratante, sem quaisquer restrições à leitura ou acesso e sem nenhum ônus adicional.

16.5.7.7 Fornecer no mínimo 04 (quatro) dosímetros individuais e suas respectivas leituras para os técnicos de



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

radiologia que manipulem o aparelho de radiografia em cada ponto.

#### **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 17.1 A participante reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 e 139 da mesma Lei.
- 17.2 A Administração se reserva ao direito de contratar a quantidade informada, no todo ou em parte, de acordo com os itens e preços registrados, considerando as necessidades encontradas.
- 17.3 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
- 17.4 Servidor (es) responsável(is) pela elaboração do Termo;

Lauro de Freitas, 01 de abril de 2026.

Maurizio Matos Uchoa (Matrícula 121536)

Equipe de Planejamento

Técnico responsável

Em virtude das atribuições que competem, submeto o presente Termo de Referência  
à aprovação do Ordenador de Despesas.

**Elba Brito Garcez de Sena**  
**Secretária interina Municipal de Saúde**





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – RELAÇÃO DE UNIDADES

PARA O LOTE 01: UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO 24H:

Unidades de Pronto Atendimento 24h		Endereço	Necessidade do serviço
01	UPA de Itinga	RUA SAO CRISTOVAO S/N - ITINGA	Todos os dias da semana, 24h por dia.
02	UPA Pediátrica	RUA SAO CRISTOVAO S/N - ITINGA	
03	PA Nelson Barros	AVENIDA LUIZ TARQUINIO PONTES 600 UNIME - CENTRO	
04	PA Areia Branca	RUA 02 DE JULHO DIRETA SN – AREIA BRANCA	

UNIDADE HOSPITALAR:

Unidade Hospitalar		Endereço	Necessidade do serviço
01	Hospital Jorge Novis	LARGO DO CARANGUEJO S/N - ITINGA	Segunda à Sexta das 08:00 às 18:00 horas

PARA O LOTE 02: UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO 24H:

Unidades de Pronto Atendimento 24h		Endereço	Necessidade do serviço
01	UPA de Itinga (compartilhado)	RUA SAO CRISTOVAO S/N - ITINGA	Todos os dias da semana, 24h por dia.
02	PA Nelson Barros	AVENIDA LUIZ TARQUINIO PONTES 600 UNIME - CENTRO	
03	PA Areia Branca	RUA 02 DE JULHO DIRETA SN – AREIA BRANCA	

UNIDADES HOSPITALAR:

Unidade Hospitalar		Endereço	Necessidade do serviço
01	Hospital Jorge Novis	LARGO DO CARANGUEJO S/N - ITINGA	Segunda à Sexta das 08:00 às 18:00 horas

PARA O LOTE 03: COMPLEXO DE SAÚDE

Unidade Hospitalar		Endereço	Necessidade do serviço
01			Segunda à Sexta das 08:00 às 18:00 horas

Lauro de Freitas, 01 de abril de 2026.

Maurizio Matos Uchoa (Matrícula 121536)

Equipe de Planejamento

Técnico responsável



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA – MODELO DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

Pregão N.º \_\_\_\_/2026.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telediagnóstico, abrangendo a realização de exames de imagem de média e alta complexidade, com emissão de laudos, fornecimento de equipamentos em regime de cessão e suprimento de materiais de consumo, visando atender às necessidades das Unidades de Saúde do Município de Lauro de Freitas – BA.

Declaramos, para fins de participação na licitação em epígrafe, promovida pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS/BA, que o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_, representante da empresa \_\_\_\_\_, com sede à Rua \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_ compareceu à visita técnica realizada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ e 2026, onde serão realizados os serviços estabelecidos no Edital e Termo de Referência, recebendo as informações sobre as condições do local e das dificuldades técnicas que poderão advir da futura execução do contrato.

Lauro de Freitas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável (EMPRESA) pela Vistoria:

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Servidor SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS  
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

**ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA– MODELO DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA**

**Pregão N.º \_\_\_\_\_/2026**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telediagnóstico, abrangendo a realização de exames de imagem de média e alta complexidade, com emissão de laudos, fornecimento de equipamentos em regime de cessão e suprimento de materiais de consumo, visando atender às necessidades das Unidades de Saúde do Município de Lauro de Freitas – BA.

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., situada na ... .., por intermédio de seu representante legal, o Sr. ... .., bem como seu responsável técnico, o Sr. .... (identificação completa) que abaixo assinam o documento, DECLARAM:

Que nos moldes do Acórdão N.º 4.968/2011 do Tribunal de Contas da União, reconhecem que:

“A visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais”. A finalidade da introdução da fase de vistoria prévia no edital é propiciar ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto”.

1) que mesmo ciente da importância da realização da visita in loco renuncia à Visita Técnica aos locais e as instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital nº \_\_\_\_\_/2025, e o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

2) não existirá posteriormente quaisquer alegações de não cumprimento das obrigações assumidas quer seja vinculada ao conhecimento do projeto básico e todos os seus elementos, bem como, quanto ao conhecimento do local e das necessidades de quaisquer implementos de ações que possam atrasar ou inviabilizar o início dos serviços, em razão de não ter realizado a visita técnica.

3) tem ciência de todas as sanções que podem ser aplicadas no caso de retardamento ou impedimento de início dos serviços em razão de fato que pudesse ser verificado quando da visita técnica.

Cidade.....Data.....

Assinatura

Responsável Legal Responsável Técnico  
(Carimbo de CNPJ da empresa)



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA**

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

LAURO DE FREITAS/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

---

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO**

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

LAURO DE FREITAS/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO**

**ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_.

*[endereço da sociedade empresarial]*

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

LAURO DE FREITAS/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO V**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

<b>DADOS DA LICITAÇÃO</b>					
PREGÃO Nº		PROCESSO Nº		OBJETO	
<b>DADOS DA EMPRESA</b>					
RAZÃO SOCIAL					
CNPJ			INSCRIÇÃO ESTADUAL		
ENDEREÇO					
TELEFONE				E-MAIL	
DADOS BANCÁRIOS					
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO</b>					
NOME					
RG		ÓRGÃO EXPEDIDOR		CPF	
<b>DETALHAMENTO DO LOTE</b>					
LOTE	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>VALOR TOTAL:</b>					

**OBSERVAÇÕES:**

**1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.**





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO VI**  
**MINUTA DO CONTRATO**

Termo de Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA**, por meio do \_\_\_\_\_ [órgão da Administração Direta], ou a (o) \_\_\_\_\_ [entidade da Administração Indireta], como **CONTRATANTE**, e a \_\_\_\_\_, como **CONTRATADA**, para \_\_\_\_\_ [prestação de serviços/fornecimento contínuo] na forma abaixo.

O **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 13.927.819/0001-40, com sede no Centro Administrativo de Lauro de Freitas – CALF, situado na **Avenida Brigadeiro Alberto Costa Matos, S/N, ARACUI, Lauro de Freitas/BA, CEP:42.702-010**, neste ato representado pela **Secretária Municipal de Saúde, Sra. \_\_\_\_\_**, brasileiro, portador do RG n.º \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob n.º \_\_\_\_\_, nos termos do Decreto Municipal n. 5.445/2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu representante legal \_\_\_\_\_, denominado **CONTRATADO**, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO Nº 012/2026, realizado por meio do **Processo Administrativo nº 08922/2026**, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

1.1. Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

2.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telediagnóstico, abrangendo a realização de exames de imagem de média e alta complexidade, com emissão de laudos, fornecimento de equipamentos em regime de cessão e suprimento de materiais de consumo, visando atender às necessidades das Unidades de Saúde do Município de Lauro de Freitas – BA, em atendimento à Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência e seus anexos (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 012/2026), na forma abaixo descrita:

**Parágrafo Único** – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº **08922/2025**, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR**

3.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (por extenso), conforme tabela abaixo:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA QUARTA – MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**Recebimento:**

- 4.1. Os bens e/ou prestação de serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 4.2. Os bens e/ou prestação de serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 4.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 4.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 4.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 4.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

- 4.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrão o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 4.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade;
- 4.11. A data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 4.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 4.13. Nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 4.14. Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- e) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo;
  - f) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas
- 4.15. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 4.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 4.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 4.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de Pagamento**

- 4.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**Forma de Pagamento**

- 4.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 4.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 4.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 4.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE**

- 5.1 Independentemente do prazo de duração do contrato utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, com data-base vinculada à assinatura do contrato.
- 5.2 A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante apostilamento ao contrato.
- 5.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 5.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 5.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 5.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 5.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 5.8 O reajuste será realizado por apostilamento.
- 5.9 Surgindo fato desencadeador ocorrido após a assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte; que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte; que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente; que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o Contratante requer o reequilíbrio.
- 5.10 O prazo para a Contratante analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês mais a correção monetária sob o respectivo montante.
- 5.11 A exclusão do regime tributário do simples nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO**

- 6.1. Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido
- 6.2 O reequilíbrio será realizado por Termo Aditivo.

**CLÁUSULA SÉTIMA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Fiscalização:**

- 7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, o servidor **Maurizio Matos Uchoa (Mat. 121536)** ou pelos respectivos substitutos.
- 7.7. A Secretaria definirá os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, através de Portaria para tal finalidade, publicada na imprensa oficial.
- 7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 7.9. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.10. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 7.11. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- 7.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 7.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 7.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**Gestor do Contrato**

- 7.15. Cabe ao gestor do contrato:
- 7.15.1.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 7.15.1.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 7.15.1.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 7.15.1.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 7.15.1.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 7.15.1.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 7.15.1.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**CLÁUSULA OITAVA –FORMA DE EXECUÇÃO**

- 8.1. A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº **012/2026**).
- 8.2. A execução dos serviços e toda infraestrutura, deverá ser iniciada a partir da data de assinatura do contrato e concluída em até 05 (cinco) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço. Toda a manutenção preventiva e corretiva é de responsabilidade da empresa contratada. Poderá haver remanejamento do quantitativo estimado entre as Unidades executantes, conforme demanda mensal. Os serviços deverão ser executados nas unidades de saúde do Município de Lauro de Freitas, conforme disposto no Anexo I – Termo de Referência.
- 8.3. A empresa contratada deverá fornecer/prestar serviços de acordo com a demanda da Administração.
- 8.4. A instalação do sistema, dos equipamentos e toda infraestrutura necessária, deverá ser iniciada a partir da data de assinatura do contrato e concluída em até 05 (cinco) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço.
- 8.5. Caso não seja possível a entrega e/ou início da prestação de serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 8.6. A instalação do sistema, dos equipamentos e toda infraestrutura necessária, para os **lotes 01 e 02**, deverá ser iniciada a partir da data de assinatura do contrato e concluída em até 05 (cinco) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço. Toda a manutenção preventiva e corretiva é de responsabilidade da empresa contratada. Poderá haver remanejamento do quantitativo estimado entre as Unidades executantes, conforme demanda mensal. Os serviços deverão ser executados nas unidades de saúde do Município de Lauro de Freitas, conforme disposto no Anexo I – Termo de Referência.
- 8.7. **Para o lote 03:** A execução dos serviços deverá ser iniciada a partir da data de assinatura do contrato e concluída em até 05 (cinco) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço. Os exames deverão ser realizados em local próprio da Contratante no Complexo de Saúde. A prestação dos serviços compreenderá mão de obra operacional e administrativa mínima necessária à consecução do objeto licitado, e cumprida às disposições legais e posturas municipais que normatizam e autorizam o exercício para tal atividade.
- 8.8. A Contratada deverá dispor da presença de equipe composta por profissionais especializados em diagnóstico por imagem e cardiologia, em condições adequadas e exigidas pela legislação vigente,



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

cumprindo rigorosamente as determinações emanadas pelos órgãos responsáveis e fiscalizadores da atividade inerente, responsabilizando-se em todos os aspectos, sem qualquer exceção.

8.9. Toda a manutenção preventiva e corretiva é de responsabilidade da empresa contratada. Poderá haver remanejamento do quantitativo estimado entre as Unidades executantes, conforme demanda mensal. Os serviços deverão ser executados nas dependências das unidades, conforme disposto no Termo de Referência Anexo I.

8.10. Em caso de necessidade a contratada poderá solicitar adiamento de prazo de entrega/início da prestação de serviço, desde que plenamente justificado e aceito pela Administração e que o adiamento não traga transtornos às atividades de atendimento à população e aos servidores desta.

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

9.1 A contratação terá vigência de 12 meses, admitida prorrogação sucessiva, por interesse público devidamente motivado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, condicionada à vantajosidade, manutenção das condições de habilitação e desempenho satisfatório na execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- e) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- h) Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- i) Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos utilizados para a prestação de serviços, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe ainda a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligência resultante da prestação do serviço.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- j) Executar o serviço dentro do Município de Lauro de Freitas tal exigência justifica-se pela dificuldade de deslocamento dos pacientes, pelo alto custo da passagem para outros Municípios e pelo gasto do Município em ter que disponibilizar transporte para a realização dos exames.
- k) A Contratada deverá enviar, mensalmente, junto com a nota fiscal, planilha com a quantidade de exames realizados e laudados, bem como os nomes e dados de identificação dos pacientes.
- l) A empresa vencedora deverá permitir, a qualquer momento, o acesso aos laudos de solicitação/autorização de procedimentos e fichas de atendimentos dos pacientes arquivados, à equipe de auditores da Secretaria Municipal/Estadual de Saúde ou do Ministério da Saúde.

**LOTE I – PARA OS SERVIÇOS DE CARDIOLOGIA;**

- a) Disponibilizar equipamento completo para realização de eletrocardiograma com registro na ANVISA, em regime de locação;
- b) A CONTRATADA deverá disponibilizar equipamentos completos para realização de eletrocardiograma (ECG), devidamente registrados na ANVISA, em regime de cessão de uso durante toda a vigência contratual. Os equipamentos permanecerão sob responsabilidade técnica da CONTRATADA, cabendo a esta sua instalação, manutenção, substituição e pleno funcionamento.
- c) Implantar o sistema de realização de ECG com: computador completo, impressora, placa de rede, sistema operacional registrado, software para processamento, armazenamento e visualização de ECG;
- d) Disponibilizar equipamento de computador para recepção de laudo, diagnóstico e orientações clínicas, com internet sob responsabilidade da CONTRATANTE.
- e) Instalação dos equipamentos e interligação entre o computador e entrada principal de internet.
- f) Diagnosticar através do sistema e caso necessário, orientar o médico de plantão quanto ao tratamento mais adequado, referência das drogas cardiovasculares classificadas e tipificadas, incluindo o tipo de tratamento sugerido para cada paciente. É desejável manter o registro de tratamento realizado, registro do paciente após o tratamento e caracterização e evolução dele.
- g) Distribuir nas unidades de telecardiologia, manual contendo orientações sob forma de diagnóstico e tratamento nas emergências cardiovasculares;
- h) Disponibilizar prontuário eletrônico online, atualizado diariamente, contendo os registros dos pacientes com alterações relevantes nos exames de ECG.
- i) Ter um representante técnico para prestação do serviço e atender aos chamados. Além de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos. Como também, visitas mensais e sem franquia. Atendimento imediato em caso de problemas nos sistemas e equipamentos instalados, com substituição dos equipamentos defeituosos no prazo máximo de 06 (seis) horas, por outros de igual ou superior qualidade.
- j) Oferecer treinamento inicial e continuado aos profissionais da CONTRATANTE quanto ao uso dos equipamentos e sistemas.
- k) A CONTRATADA deverá assumir integral responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, garantindo a continuidade dos serviços de forma ininterrupta. Deverá, ainda, prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, bem como observar rigorosamente a legislação trabalhista vigente, assegurando o cumprimento de todas as obrigações legais aplicáveis



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- l) A CONTRATADA deverá prestar, sempre que solicitada pela CONTRATANTE, todas as informações e esclarecimentos relacionados ao objeto do contrato, adotando as medidas necessárias para garantir a continuidade dos serviços, sem interrupções. Deverá, ainda, assegurar que seus empregados executem as atividades em conformidade com a legislação trabalhista vigente, especialmente no que se refere ao cumprimento das cargas horárias legalmente permitidas.
- m) A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento contínuo de todos os materiais de consumo necessários à execução dos serviços, incluindo papel para impressão de laudos (A4 ou específico), cartuchos e/ou toners para impressoras, eletrodos e demais insumos utilizados na realização de eletrocardiogramas, bem como quaisquer outros materiais indispensáveis ao pleno funcionamento do serviço, devendo garantir o abastecimento ininterrupto, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a paralisação das atividades por falta de insumos.
- n) Quando da contratação do serviço, a CONTRATADA, deverá dispor de infraestrutura na Região Metropolitana de Salvador, para o Pronto Atendimento nos prazos estipulados no contrato.
- o) Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre medicina e segurança do trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais, quando for necessário.
- p) A CONTRATADA deverá colocar em serviço apenas empregado devidamente qualificado, selecionados e treinados para o perfeito desempenho dos trabalhos, devendo os mesmos apresentar-se, quando necessário, devidamente uniformizados e portando crachá de identificação.
- q) Todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos, utilizados para prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe, ainda, a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligências resultante da prestação dos serviços.
- r) Os laudos deverão ser de uso exclusivo dos servidores e prestadores de serviço da CONTRATANTE e disponibilizado apenas ao paciente.

**LOTE II – PARA OS SERVIÇOS DE RADIOLOGIA;**

- a) Disponibilizar equipamento completo para realização de raio x com registro na ANVISA, em regime de comodato;
- b) A CONTRATADA será responsável pela manutenção preventiva e corretiva, e/ou substituição de equipamentos e acessórios danificados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da comunicação do problema;
- c) Implantar o sistema de realização de transmissão das películas de Raio X com: computador servidor de dados completo, software PACS para armazenamento dos exames, impressora, placa de rede, sistema operacional registrado e software;
- d) Fornecer em comodato Equipamento de Raio X digital de 500mA;
- e) Fornecer em comodato CR para Digitalização das imagens;
- f) Fornecer em comodato Impressora de Películas (DRY);
- g) Fornecer em comodato equipamento Nobreak de 10kVA;
- h) Instalar uma estação de visualização das imagens arquivadas no sistema PACS (Computador com monitor de alta resolução);



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- i) Plataforma digital e sistema telediagnóstico por imagem com armazenamento de laudos e imagens, visualizador por login e senha, QR code, visualizador nos consultórios.
- j) Ter um funcionário responsável pela manutenção preventiva e corretiva. Como também, visitas semanais e sem franquia. Atendimento imediato, até 24 horas em caso de problemas nos equipamentos instalados;
- k) Responsabilizar-se totalmente por todos os encargos e ônus da legislação trabalhista previdenciária e fiscal, bem como os seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora;
- l) Prestar informações e esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, em relação ao objeto deste contrato, diligenciando para que os serviços não sofram soluções de continuidade, ao tempo em que deverá cuidar para que seus empregados executem os serviços cujas cargas horárias não excedam as permitidas em lei;
- m) Fornecer materiais de consumo tais como: cartuchos de tinta, tonner para impressora, papel branco A4 para impressão de laudos;
- n) Fornecer mensalmente o quantitativo necessário de películas de impressora DRY (química seca), garantindo a impressão de todos os exames contratualizados.
- o) Fornecer os acessórios radiológicos: avental de chumbo, écran e protetor de tireóide;
- p) Prover estrutura de armazenamento das imagens em servidos DICOM, com sistema de backup na internet e guarda dos dados pelo período pertinente em legislação, bem como para fornecimento a unidade sempre que solicitado;
- q) A Contratada deverá manter Central Médica com diretor responsável, médico radiologista, para fornecer os laudos das imagens radiológicas, tendo em sua equipe somente profissionais radiologistas também inscritos junto ao Conselho Regional de Medicina, bem como com Diploma junto ao Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, respondendo aos exames cadastrados no sistema num prazo máximo de 01 (uma) hora;
- r) Dispor de sistema WEB para arquivamento busca e impressão dos laudos emitidos pelos seus médicos, acessados nos computadores das unidades de saúde atendidas pelo contrato.
- s) Realizar treinamento dos profissionais médicos, técnicos em imagem, apoio administrativo e operador no manuseio dos equipamentos e sistemas instalados.
- t) Cadastrar as equipes com acesso controlado por login e senha de acordo a Resolução CFM nº. 1.821/2007.
- u) Instalar na unidade 01 (um) aparelho de Raio-X digital de 500 m com digitalização das imagens por CR (Radiologia Computadorizada).
- v) Instalar no Raio X um sistema de captação e transmissão de imagens, com capacidade de se interligar ao sistema PACS de propriedade da empresa contratada. Todos os equipamentos e serviços devem atender aos padrões e obrigações dos colégios mundiais de radiologia, os quais legislam que não é permitido laudar ou diagnosticar imagens radiológicas que não sejam DICOM 3.0.
- w) Armazenar os dados, imagens e Sistemas Informatizados de guarda e manuseio das imagens de acordo à Resolução CFM nº. 1.821 /2007.
- x) Interligar os equipamentos instalados em comodato nas unidades com a sua central médica para análise e emissão dos laudos por seus médicos radiologistas num prazo máximo de até 48 horas.
- y) Estabelecer um SISTEMA DE EMISSÃO DE LAUDOS visualizados e impressos de acordo a Resolução CFM nº. 1.821 /2007.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- z) A Contratada, o seu Responsável Técnico e os médicos que irão laudar os exames deverão estar inscritos e quites junto ao Conselho Regional de Medicina na data da licitação e durante a execução do contrato.
- aa) O contratado deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização de seus serviços pela Superintendência de Atenção Especializada da SESA, bem como da Auditoria Municipal e do Conselho Municipal de Saúde.
- bb) O contratado fornecerá de imediato, quando solicitado, documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do Contrato.
- cc) A Contratada deverá dispor de 01 (um) ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem experiência da empresa compatível com o Objeto.
- dd) Relação dos Profissionais médicos radiologistas contendo Nome, Número de Inscrição no Conselho, CPF, número do CNS junto ao CNES e ficha de dados impressa no site do CNES demonstrando o vínculo de cada profissional com a empresa.
- ee) Em atendimento a RESOLUÇÃO - RDC Nº 330, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, do Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Diretoria Colegiada, a empresa deverá apresentar cópia da Nota Fiscal provando que dispõe de monitor de alta resolução para visualização das imagens radiológicas a serem laudadas em sua Central de Laudos.
- ff) Sistema de Gestão de Imagens PACS (Picture Archiving and Communication System), com Registro na ANVISA, que é um sistema de arquivamento e comunicação voltado para o diagnóstico por imagem que permite o pronto acesso às imagens médicas em formato digital, sem cobrança adicional por usuário e sem volumetria ou licença de uso para o ponto de atendimento.
- gg) Fornecer no mínimo 08 (oito) dosímetros individuais e suas respectivas leituras para os técnicos de radiologia que manipularem o aparelho de radiografia em cada ponto.

**LOTE III – PARA OS SERVIÇOS DE MAMOGRAFIA;**

- a) Os exames deverão ser realizados em local próprio da Contratante no Complexo de Saúde a prestação dos serviços compreenderá mão de obra operacional e administrativa mínima necessária à consecução do objeto licitado, e cumprida às disposições legais e posturas municipais que normatizam e autorizam o exercício para tal atividade.
- b) Os exames serão realizados por técnicos especializados em radiologia, capacitados para operar os equipamentos e assegurar o conforto e a segurança das pacientes durante o procedimento. O ambiente deverá ser tecnicamente adequado, assegurando privacidade, bem-estar, e plena acessibilidade para todas as pacientes, em conformidade com as normas regulamentares estabelecidas pelos órgãos competentes para atendimentos em saúde, incluindo requisitos de acessibilidade e condições sanitárias.
- c) A Contratada deverá dispor da presença de equipe composta por profissionais especializados em diagnóstico por imagem, em condições adequadas e exigidas pela legislação vigente, cumprindo rigorosamente as determinações emanadas pelos órgãos responsáveis e fiscalizadores da atividade inerente, responsabilizando-se em todos os aspectos, sem qualquer exceção.
- d) Qualidade da Imagem: A qualidade das imagens adquiridas será monitorada constantemente para garantir que estejam em conformidade com os padrões exigidos para um diagnóstico preciso. Imagens de baixa qualidade serão descartadas, e o exame será repetido, sem custos adicionais.
- e) A Contratada deverá submeter os resultados de todos os exames à revisão de laudo por médico especializado em diagnóstico de imagem, antes de sua liberação. A Contratada deverá dispor de capacidade para entregar os laudos e imagens da mamografia documentada impressa em filme em tamanho real, conforme



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

recomendações da CBR, ao Complexo de Saúde no prazo de até 15 (quinze) dias corridos para laudos normais e de até 02 (dois) dias corridos para laudos emergenciais.

- f) Os exames e laudos realizados serão entregues ao Complexo de Saúde, que proverá a posterior distribuição ao mesmo, bem como, o formulário do SISCAN (fornecido pelo Complexo de Saúde), devidamente preenchido pelo médico especializado em diagnóstico de imagem.
- g) Deverá manter o armazenamento e guarda dos exames e seus backups, atendendo integralmente às regras estabelecidas na Resolução nº 1.821/2007 e Parecer nº 10/2009 do Conselho Federal de Medicina. Ao encerramento do contrato, motivado ou imotivadamente, todos os exames e resultados, bem como seus arquivos físicos e eletrônicos deverão ser transferidos para a Contratante, sem quaisquer restrições à leitura ou acesso e sem nenhum ônus adicional
- h) Fornecer no mínimo 04 (quatro) dosímetros individuais e suas respectivas leituras para os técnicos de radiologia que manipularem o aparelho de radiografia em cada ponto.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo e seus anexos;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- g) O direito de paralisar ou suspender a qualquer momento a execução do contrato, caso haja qualquer infringência das normas legais ou procedimentos aplicados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal:

Descrição	Código	Nomenclatura
Órgão	23	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	2301	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	2359	Funcionamento dos serviços de atenção de atenção em saúde especializada de média e alta complexidade.
Elemento	33903900	Outros serviços de terceiros



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

Fontes de recursos	15001002/ 16000000	Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde. Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.
--------------------	-----------------------	---

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO**

13.1. Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO**

14.1. É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- d) **Multa**:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**(1)** moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;

**(2)** multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;

**(3)** compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

15.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

15.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

15.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

15.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

**a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**b)** as peculiaridades do caso concreto;

**c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**d)** os danos que dela provierem para a Contratante;

**e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

15.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

15.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RECURSOS**

16.1. A CONTRATADA poderá apresentar:





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- (a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;
- (b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- (c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

**Parágrafo Único** – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– EXTINÇÃO**

17.1. CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo Primeiro** – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**Parágrafo Segundo** – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

**Parágrafo Terceiro** – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

**Parágrafo Quarto** – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

**Parágrafo Quinto** – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

**Parágrafo Sexto** – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

**Parágrafo Sétimo** – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA –SUBCONTRATAÇÃO**

18.1. É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto desta contratação, em qualquer de suas etapas, sob pena de rescisão contratual e demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de LAURO DE FREITAS/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA– PUBLICAÇÃO**

20.1. O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DISPOSIÇÕES FINAIS**

21.1. Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.2. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em \_\_\_\_\_ ( ) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

---

**Agente Público competente do órgão ou entidade contratante**  
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

---

**Representante Legal da Empresa contratada**  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)